

# Boletim de Jurisprudência Internacional

---

REVISTA ÍNTIMA





BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

# Revista Íntima

Volume 7



Dezembro de 2019

## Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	5
2. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS .....	6
2.1. TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS .....	6
2.1.1. Milka v. Polônia (2015). Application 14322/12 .....	6
2.1.2. Affaire S. J. v. Luxemburgo (2014). Application 47229/12 .....	7
2.1.3. Savičs v. Letônia (2012). Application 17892/03.....	8
2.1.4. Julin v. Estônia (2012). Applications 16563/08, 40841/08, 8192/10 e 18656/10.....	9
2.1.5. El Shennawy v. França (2011). Application 51246/08 .....	11
2.1.6. Ciupercescu v. Romênia (2010). Application 35555/03 .....	12
2.1.7. Affaire Khider v. France (2009). Application 39364/05.....	12
2.1.8. Wiktorko v. Polônia (2009). Application 14612/02 .....	13
2.1.9. Malenko v. Ucrânia (2009). Application 186660/03 .....	14
2.1.10. Dedovskiy e outros v. Rússia (2008). Application 7178/03.....	15
2.1.11. Frérot v. França (2007). Application 70204/01.....	16
2.1.12. Wieser v. Áustria (2007). Application 2293/03 .....	17
2.1.13. Wainwright e filho v. Reino Unido (2006). Application 12350/04 .....	18
2.1.14. Baybaşin v. Países Baixos (2006). Application 13600/02.....	20
2.1.15. Lorsé e outros v. Países Baixos (2003). Application 52750/99.....	21
2.1.16. Van der Ven v. Países Baixos (2003). Application 50901/99.....	22
2.1.17. Iwańczuk v. Polônia (2001). Application 25196/94 .....	23
2.1.18. Valašinas v. Lituânia (2001). Application 44558/98.....	24
2.2. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	25
2.2.1. Presídio Miguel Castro-Castro v. Peru (2006). Denúncias 11.015/92 e 11.769/97 .....	25
2.3. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS .....	28
2.3.1. X e Y (menor) v. Governo da Argentina (2006). Caso 10.506 .....	28
2.4. COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS (ONU) .....	29
2.4.1. Clement Boodoo v. Trinidad e Tobago. Comunicado 721/1996 .....	29
3. CASOS DE CORTES NACIONAIS.....	30
3.1. ALEMANHA .....	30
3.1.1. Corte Federal Constitucional v. sem identificação nominal (2013). Caso BvR 2815/11 .....	30
3.2. CANADÁ.....	30

3.2.1.	Cidade de Vancouver v. Alan Cameron Ward (2010). CAN-2010-2-003 .....	30
3.2.2.	R. v. Golden (I.V.) (2001). Caso 27547 .....	31
3.2.3.	R. v. Simmons (1988). Caso 18767.....	32
3.3.	CHILE .....	34
3.3.1.	Complexo Prisional La Serena e Centro de Detenção Preventiva de Ovalle v. Instituto Nacional de Direitos Humanos <sup>14F</sup> .....	34
3.4.	COLÔMBIA .....	35
3.4.1.	Sentença T-269 (2002) .....	35
3.4.2.	Sentença T-702 (2001) .....	36
3.5.	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA .....	37
3.5.1.	Albert W. Florence v. Board of Chosen Freeholders of the County of Burlington. Caso 566 U.S. 318.....	37
3.5.2.	Safford Unified School District e outros v. Redding (2009). Caso 557 US 364.....	38
3.5.3.	Estados Unidos v. Montoya de Hernandez (1985). Caso 84-755 .....	39
3.5.4.	Bell v. Wolfish (1979). Caso 441 U.S. 520.....	41
3.6.	NOVA ZELÂNDIA.....	42
3.6.1.	Taunoa e outros v. Attorney-General (2007). Caso NZSC 70 SC6/2006 .....	42
4.	REFERÊNCIAS .....	44

## 1. APRESENTAÇÃO

O Boletim de Jurisprudência Internacional tem como objetivo levantar e sistematizar, para fins de comparação, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), de altas Cortes nacionais e órgãos internacionais sobre um tema específico.

O Boletim é resultado de pesquisa em bases de dados, bases de jurisprudência e publicações, nacionais e internacionais, com conteúdo em português, inglês ou espanhol e, eventualmente, francês. Todas as decisões recuperadas circunscritas ao objeto da pesquisa são inseridas no boletim e não refletem, necessariamente, a posição do STF. As informações incluídas em cada resumo resultam da análise de decisões e documentos, em geral, em idioma estrangeiro, de modo que a fidelidade às fontes poderá ser aferida no original. Ressalta-se, contudo, que não formam um resumo de todo o julgamento, mas a seleção, tradução e adaptação dos trechos para fins de comparação do objeto de estudo em análise.

Este volume procurou dar suporte jurisdicional ao Tema 998 da repercussão geral, “controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem”, reconhecida no ARE 959.620 RG, rel. min. Edson Fachin. A questão constitucional cinge-se em saber se há compatibilidade entre as exigências necessárias para a segurança interna e externa dos presídios que demanda práticas e regras denominadas “revistas íntimas” à luz dos artigos 5º, inc. X, 6º, *caput*, e 144, *caput*, da Constituição da República.

Os Boletins de Jurisprudência Internacional têm por padrão pesquisar os acórdãos de altas Cortes nacionais e órgãos internacionais de diversos países. No entanto, a ausência de resultados dentro da temática particular objeto do ARE 959.620 RG, implicou a pesquisa em um quadrante mais largo: a “revista íntima”. Observe-se que até mesmo países que possuem uma longa história de defesa, respeito e normatização dos conceitos de direitos humanos, civis e políticos, tribunais constitucionais são instados a decidir sobre situações que envolvem o procedimento. A grande maioria das pesquisas nas cortes internacionais e nas supremas cortes nacionais recuperou julgados em que eram questionadas as revistas íntimas nos detentos e não nas pessoas que os visitavam. A pesquisa trouxe, ainda, casos emblemáticos julgados por corte internacional que envolve revista no ambiente escolar. Optou-se por inclui-los em razão de recentes notícias jornalísticas sobre problemas de violências, furtos e porte de drogas enfrentados pelas escolas brasileiras e campanhas em diversos segmentos da sociedade a defender essa estratégia como tentativa de evitar esses episódios.

Os principais termos de pesquisa usados foram: revista íntima (ou vexatória), *strip search*, *strip-searched*, *physical search*, *undressing*, *body cavity search*, *requisa personal* (o *vejatoria*), *requisa al desnudo*, *requisa de cavidades corporales*, *revista vexatoria*, *búsqueda de desnudez*, *búsqueda física*, *desvestirse*, *búsqueda de cavidad corporal*.

## 2. ÓRGÃOS INTERNACIONAIS

### 2.1. TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS



#### 2.1.1. Milka v. Polônia (2015). Application 14322/12

Revistas íntimas em prisioneiros podem ser necessárias, mas apenas se justificam ante o princípio da proporcionalidade.

Viola a Convenção Europeia de Direitos Humanos revista íntimas em prisioneiro cujo comportamento nunca ultrapassou os limites do abuso verbal.

*Julgado em 15-09-2015*

I. O Sr. Milka cumpriu pena em várias penitenciárias. Em duas prisões em que esteve detido exigiram-lhe uma revista íntima em cinco ocasiões. Segundo as autoridades, as ordens para a revista íntima foram emitidas no contexto da saída do condenado ou durante a sua admissão em outra unidade prisional.

II. O **Tribunal Europeu de Direitos Humanos** reconheceu que as revistas íntimas relatadas pelo prisioneiro nunca foram executadas em sua totalidade. Cada vez que foi instado a se despir, ele se recusou a fazê-lo e, por isso, foi submetido a uma punição disciplinar. Segundo o Tribunal, não procede a alegação do Estado no sentido de que haveria o risco de o prisioneiro trazer consigo objetos perigosos, porque ausente qualquer prova nesse sentido. O Sr. Milka não foi classificado como prisioneiro perigoso. De igual forma, não foi demonstrado que, no passado, ele tivesse dado às autoridades da prisão qualquer razão para pensar que poderia se comportar de maneira perigosa ou trazer objetos proibidos para as instalações da prisão.

Segundo a jurisprudência assente daquele Tribunal, a noção de necessidade implica que a ingerência corresponda a uma necessidade social premente e, em especial, que seja proporcional ao objetivo legítimo perseguido. Ressaltou que, embora as revistas íntimas possam ser necessárias, em determinadas ocasiões, para garantir a segurança ou evitar a desordem nas prisões, estas devem ser conduzidas de forma adequada. Assim, embora se comportasse de maneira vulgar e ofensiva, o comportamento do preso nunca ultrapassou os limites do abuso verbal, do que decorre a ausência de justificativa plausível para a revista íntima, que se mostrou em afronta à Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

**2.1.2. Affaire S. J. v. Luxemburgo (2014). Application 47229/12**

Revistas íntimas podem ser necessárias para garantir a segurança em uma prisão - inclusive a do próprio detento -, para defender a ordem ou impedir infrações penais. Assim, não viola o artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos a execução de revistas em prisioneiro no contexto de entrada e saída do estabelecimento prisional, se atendido o princípio da proporcionalidade.

*Julgado em 27-11-2012*

I. O peticionário, detido na central penitenciária de Luxemburgo, afirma que, em fevereiro de 2010, ao ser transferido da prisão para um Tribunal, foi submetido a revistas corporais de forma desumana e degradante. Relata que foi obrigado a se despir perto do guichê da penitenciária e caminhar nu até outra sala na presença de oito guardas. Ao sair da sala de inspeção, ainda nu, deparou-se com mulheres policiais no local. Uma investigação judicial foi aberta e as autoridades e os agentes que acompanharam a revista foram ouvidos.

Segundo testemunho de agentes, a escolta ocorreu sem incidentes e reclamação do detento. Assim, depois de ser chamado para a sala de espera, o peticionário foi encaminhado para a recepção, depois levado para outro local reservado, onde havia se despido e dado suas roupas a dois dos agentes, que verificaram suas vestimentas. Os policiais afirmaram que as roupas íntimas foram o último item a ser verificado e devolvidas ao preso enquanto ainda estava no local, de modo que ficou nu pelo menor tempo possível. Após, o prisioneiro dirigiu-se a outra cabine onde se vestiu completamente e saiu da sala para a escolta. Explicaram que a revista durou em torno de dez minutos.

II. O **Tribunal Europeu de Direitos Humanos** enfatizou que o artigo 3<sup>1</sup> da Convenção Europeia de Direitos Humanos consagra um dos valores mais fundamentais das sociedades democráticas ao proibir, em termos absolutos, a tortura e as penas ou tratamentos desumanos ou degradantes, mesmo em situações como a luta contra o terrorismo e o crime organizado. Para que o fato não seja abrangido pelo artigo 3, os maus tratos devem atingir um mínimo de gravidade. A avaliação desse mínimo é relativa, pois depende de uma análise integral que inclui a duração do ato e os efeitos físicos ou mentais dele decorrentes, bem como, por vezes, o sexo, a idade, o estado de saúde da vítima, etc. O Tribunal entendeu que o tratamento seria desumano se aplicado prematuramente durante horas e causasse lesões corporais ou sofrimentos físicos ou mentais graves. Para que uma sentença conclua que houve tratamento "desumano" ou "degradante", o sofrimento ou humilhação deve, em qualquer caso, ir além do compreendido como uma forma de tratamento ou castigo legítimo.

Medidas de privação de liberdade são inevitavelmente acompanhadas de sofrimento e humilhação. Se esta é uma situação inevitável, não constitui, em si mesma, uma violação ao artigo 3 da Convenção. O dispositivo exige, no entanto, que o Estado garanta que qualquer prisioneiro seja

---

<sup>1</sup> Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Artigo 3. Proibição da tortura. Ninguém pode ser submetido a torturas, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes.

detido em condições compatíveis com o respeito à sua dignidade humana e, tendo em conta as exigências práticas da prisão, a sua saúde e o seu bem-estar sejam adequadamente assegurados. Segundo o Tribunal, revistas íntimas sistemáticas, injustificadas e não relacionadas à segurança, podem criar um senso de opressão entre os presos. Os sentimentos de arbitrariedade, inferioridade, angústia e profunda violação da dignidade que frequentemente estão associados à obrigação de despir-se diante dos outros e submeter-se a uma inspeção anal visual, que envolve a revista corporal dos prisioneiros, pode caracterizar um grau de humilhação tolerável porque inevitável. A revista íntima não constitui, em si, tratamento ilegítimo, já que podem ser necessárias para garantir a segurança em uma prisão – inclusive a do próprio detento –, para defender a ordem ou prevenir infrações penais. No entanto, devem ser realizadas de "maneiras adequadas", sob pena de violar o artigo 3 da Convenção. As normas nacionais e europeias descrevem como serão realizadas as revistas íntimas.

No caso, as evidências reunidas na investigação judicial são consistentes no sentido de que a revista íntima foi conduzida de acordo com as normas. Além disso, não há nos autos evidência de humilhação, tampouco o requerente alegou ter sido vítima de guardas desrespeitosos ou com o propósito de depreciá-lo. Nestas circunstâncias, o Tribunal considerou que o peticionário não foi submetido a tratamento que tenha atingido um nível suficientemente grave a violar o direito garantido pelo artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos. [Resumo oficial].

### 2.1.3. Savičs v. Letônia (2012). Application 17892/03

A condenação perpétua de prisioneiro em razão do cometimento de crimes violentos, por si só, não justifica revistas íntimas rotineiras, intrusivas e excepcionalmente constrangedoras.

*Julgado em 27-02-2013*

I. O Sr. Savičs foi condenado à prisão perpétua por vários crimes, dentre eles homicídio qualificado, roubo, violação e agressão sexual. Inicialmente, foi colocado em área de nível máximo de segurança, sob as regulações internas da prisão. Relatou que durante toda a sua detenção foi submetido a revistas corporais completas, isto é, foi-lhe ordenado que se despisse e se submetesse regularmente a uma inspeção visual dos seus genitais na sua cela. Exemplificou algumas datas, entre março de 2002 a fevereiro de 2007. Houve ocasiões em que foi revistado de duas a quatro vezes por dia, quando de sua ida ao trabalho e seu retorno. Noticiou que muitas vezes se recusara a submeter-se às revistas, por considerá-las humilhantes. Sua recusa era punida com medidas especiais e sanções disciplinares como: ser algemado e ser forçado a se despir; receber choques elétricos e golpes de cassetetes; detenção em cela de isolamento por quinze dias; e cancelamento de telefonemas e de visitas familiares.

O prisioneiro instaurou vários processos judiciais para anular regulamentos internos relativos aos estabelecimentos prisionais, todos eles infrutíferos. Por sua vez, o Tribunal Constitucional se recusou a admitir queixas constitucionais. Em diversas ocasiões, o Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) expressou sérias preocupações

sobre o regime e as medidas de segurança aplicadas aos condenados à prisão perpétua na Letônia, pugnando por sua revisão.

II. Para a **Corte Europeia de Direitos Humanos**, considerações de ordem pública podem levar o Estado a introduzir regimes prisionais de alta segurança para determinadas categorias de detidos e, de fato, em muitos Estados Partes da Convenção, regras de segurança mais rigorosas se aplicam a presos perigosos. Esses arranjos, destinados a prevenir o risco de fuga, ataque ou perturbação da comunidade prisional, baseiam-se na separação de tais presos da comunidade prisional submetidos a controles mais rígidos. Esses regimes prisionais especiais não são *per se* contrários ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Contudo, sob essa disposição, o Estado deve assegurar que uma pessoa seja detida em condições compatíveis com o respeito à sua dignidade humana, para que a maneira e o método de execução da medida não a sujeitem a aflições ou privações em intensidade superior ao nível inevitável de sofrimento inerente à detenção e que, dadas as exigências práticas da prisão, sua saúde e bem-estar sejam garantidos. A Corte observou que o regulamento interno aplicável em presídios não fornece orientações claras no que diz respeito ao procedimento apropriado. A análise do Tribunal à luz do artigo 3 leva em conta os efeitos cumulativos dessas condições, bem como as alegações específicas feitas, a severidade da medida, a sua duração, o seu objetivo e as consequências para a pessoa em questão.

O peticionário foi submetido a revistas corporais pelo menos uma vez a cada semana, entre 2004 e 2008. Para o Tribunal, ainda que, inicialmente, possam ter sido justificadas em vista de uma suspeita razoável de ele portar objetos ilegais após a transferência para o presídio, a Corte considera que tal suspeita não pode durar um período indefinido. Avaliou-se que as buscas corporais foram realizadas rotineiramente e não estavam vinculadas a nenhuma necessidade concreta de segurança. O governo alegou que o peticionário era uma pessoa perigosa, com comportamento violento. No entanto, a afirmação foi baseada na descrição de funcionário da prisão que o considerava “provocativo”, às vezes “agressivo e desavergonhado”, sendo fundamento insuficiente para justificar revistas corporais sistemáticas. Embora o Tribunal não desconsidere o fato de o peticionário ter sido condenado à prisão perpétua por crimes violentos, esses elementos por si só não são suficientes para justificar procedimentos sistemáticos, intrusivos e excepcionalmente constrangedores que foram realizadas quinzenalmente. O Tribunal conclui que os episódios causaram sofrimento e dificuldades de intensidade superior ao nível inevitável inerente à detenção e atingiu o limiar de severidade para se enquadrar como afronta ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

#### 2.1.4. **Julin v. Estônia (2012). Applications 16563/08, 40841/08, 8192/10 e 18656/10**

Revistas íntimas baseadas no histórico de comportamento indisciplinado e violento do prisioneiro não ofendem a Convenção Europeia de Direitos do Homem.

*Julgado em 29-05-2012*

I. O caso originou-se de quatro pedidos apresentados pelo Sr. Julin contra a República da Estônia. Ele alegou que havia sido maltratado por agentes penitenciários e que não houve investigação em relação a suas reclamações de maus tratos. Afirmou que não teve acesso a um tribunal em relação às queixas quanto às condições prisionais e às ações de agentes penitenciários. Asseverou que o haviam revistado de maneira humilhante e sem respeito a sua vida privada.

O peticionário declarou que, dos sete presos que foram levados juntos para a prisão, no mesmo veículo, apenas ele foi submetido à revista íntima. Informou que recebeu ordens para se despir, erguer seu órgão sexual e agachar-se. Ele também teve que abrir sua boca e orelhas, que foram visualmente inspecionadas. Esse procedimento ocorreu na presença de cinco agentes penitenciários, que riram dele. O prisioneiro relatou que foi instado a fazer exame de toque retal, que veio a recusar, solicitando que fosse feito por médico. Levado a uma unidade médica, uma profissional o atendeu, na presença de dois policiais. Foi-lhe indeferido o pedido para que o exame fosse realizado por um profissional do sexo masculino, sendo-lhe avisado que, caso recusasse, poderia ser submetido ao exame à força.

No que diz respeito à investigação pelas autoridades nacionais das alegações de abusos sofridos pelo peticionário, o Ministério Público concluiu que os funcionários da prisão agiram dentro dos limites da lei e que não houve maus-tratos ao requerente. Esta posição foi partilhada pelo procurador superior, pelo Tribunal de Recurso da cidade de Tartu e pelo Supremo Tribunal.

II. A **Corte Europeia dos Direitos Humanos** apontou que a revista íntima pode ser eventualmente necessária para garantir a segurança da prisão ou prevenir desordem ou crimes, e deve ser conduzida de forma adequada e justificada. Assim, observou-se que o agente penitenciário atendeu a recusa do peticionário e o conduziu a um médico. Quanto à alegação de que ele fora ridicularizado pelos agentes penitenciários durante a revista, não havia provas a confirmar essas afirmações. No entanto, o relatório está assinado por cinco agentes penitenciários, de acordo com os documentos juntados aos autos. O Tribunal observou que a revista íntima não envolveu elementos que levariam à conclusão de que houve tratamento degradante, pois foi realizada em sala reservada para esse fim e não em frente de outros detidos.

Em sua decisão, o Tribunal levou em consideração informações do governo, que noticiaram que o demandante foi flagrado na posse de itens proibidos, em várias ocasiões. Somam-se a esses dados o seu comportamento, que incluía repetidos conflitos com a administração penitenciária, bem como violências contra si próprio, que deram motivos às autoridades para considerá-lo como prisioneiro com risco de segurança acima da média. O Tribunal atestou estar ciente que o peticionário foi revistado na presença de cinco oficiais prisionais e que o quantitativo deve ser o mínimo necessário para minimizar o desconforto e a angústia inevitáveis desse procedimento. No caso, tendo em conta o histórico do comportamento indisciplinado e, por vezes, violento do requerente, a Corte Europeia de Direitos do Homem apontou que não existiu uma ingerência desproporcionada no direito do peticionário à vida privada. Por fim, o Tribunal admitiu a reclamação do detento relativa à falta de

acesso a um tribunal no que diz respeito à queixa relativa à revista íntima ocorrida em 26.5.2009, por ofensa ao artigo 6 (1)<sup>2</sup> da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

### 2.1.5. **El Shennawy v. França (2011). Application 51246/08**

Viola a Convenção Europeia de Direitos Humanos a realização de revistas íntimas frequentes em prisioneiro, gravadas em vídeo e realizadas por agentes encapuzados, e que não demonstram ser necessárias para atender qualquer necessidade premente de segurança.

*Julgado em 20-01-2011*

I. O Sr. Shennawy foi condenado em vários processos criminais e, em razão de sua periculosidade, foram adotadas medidas de segurança rígidas em relação às condições de sua prisão. Alegou que os policiais, que usavam máscaras, submeteram-no a intensas revistas íntimas, momento em que usavam a força se ele se recusasse a realizar os movimentos corporais exigidos. Afirmou que os procedimentos ocorreram de quatro a oito vezes por dia, nos quais era solicitado a se curvar e a tossir. Acrescentou que os atos eram gravados em vídeo e ocorriam na presença de um oficial da força de intervenção policial nacional. Informou que, no período de 9 a 11 de abril de 2008, houve revistas íntimas frequentes, quando o prisioneiro retornava do almoço.

II. A **Corte Europeia de Direitos Humanos** decidiu que as revistas íntimas praticadas por pessoas mascaradas, embora pudessem não ter a intenção de humilhar, poderiam causar ansiedade no petionário. Segundo o Tribunal, à época, as regras quanto à gravação em vídeo não estavam bem definidas. Posteriormente, memorando de 2009 declarou que esses procedimentos não deveriam ser gravados, pois poderiam ser interpretados como violação da dignidade humana. O Tribunal decidiu que as revistas íntimas não tinham base em qualquer necessidade premente de garantir segurança ou evitar desordens. Embora tivessem ocorrido durante um curto período de tempo, foram suscetíveis de despertar sentimentos de arbitrariedade, inferioridade e ansiedade, característicos de um grau de humilhação que ia além do nível que inevitavelmente acarretava a revista praticada nos prisioneiros, em afronta ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem.

---

<sup>2</sup> Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Artigo 6. Direito a um processo equitativo

1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a proteção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.

### 2.1.6. Ciupercescu v. Romênia (2010). Application 35555/03

Revistas corporais não são, em si, ilegais. No entanto, a forma com que são realizadas deve ter como objetivo o cumprimento de regras de segurança, e não a intimidação.

*Julgado em 15-06-2010*

I. Em março de 2003, o Sr. Dragos Ciupercescu foi preso por suspeita de roubo de munições e explosivos e por usá-los em local público (em particular, por ter ferido cinco crianças e causado danos à propriedade). Ele foi colocado sob o regime de detenção especial para prisioneiros perigosos que envolvia, entre outras coisas, vigilância próxima por agentes mascarados e revistas corporais semanais não anunciadas previamente (com a exigência de se despir completamente), as quais também eram realizadas sempre que ele deixava a prisão ou entrava em sua cela. Ademais, sofria restrições nos direitos de exercitar-se e de receber visitas. O julgamento ocorreu em novembro de 2006 e o Sr. Dragos foi sentenciado a 18 anos de prisão por terrorismo, sendo impedido de exercer determinados direitos.

II. A **Corte Europeia de Direitos Humanos** apontou que as revistas íntimas não eram ilegais, porém, no caso do solicitante, havia duas questões a serem observadas. Em primeiro lugar, por causa de sua natureza rotineira, as revistas não atendiam nenhuma convincente necessidade de segurança. Em segundo lugar, elas não haviam sido conduzidas de maneira apropriada. Uma vez que as regras não eram suficientemente precisas, ao serem obrigados a se despir, de acordo com a discricionariedade do pessoal prisional, deixavam nos prisioneiros a impressão de estarem sujeitos a medidas arbitrárias. A Corte observou ainda que os guardas mascarados realizaram as revistas corporais e ficaram próximos dos prisioneiros quando receberam visitas. Essa prática intimidadora, ainda que não tenha sido projetada para humilhar o detento, poderia causar-lhe ansiedade. O artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos foi, portanto, violado no que diz respeito a este ponto.

### 2.1.7. Affaire Khider v. France (2009). Application 39364/05

Equivale à tratamento degradante submeter prisioneiros a revistas íntimas rotineiras sem fundamento convincente baseado na segurança.

*Julgado em 09-10-2009*

I. O peticionário foi detido em 2001 e, desde seu encarceramento, a administração carcerária registrou sua condição de prisioneiro particularmente distinto, devido suas atividades criminosas, que compreenderam assalto em bando armado, sequestro, tentativa de homicídio contra um oficial da administração penitenciária, conspiração criminosa, tentativas de fuga e interceptação de helicóptero.

De acordo com o Ministro da Justiça, detidos que tentassem escapar seriam frequentemente submetidos a rotatividade de prisões. Desde seu encarceramento, ele foi colocado algumas vezes em confinamento solitário, em função de tentativas de fuga, comportamento agressivo e ameaças de

agressão física, que reforçaram sua periculosidade; além do prolongamento de medidas de isolamento, que as autoridades entenderam necessárias.

O Sr. Khider solicitou em juízo medidas provisórias ao argumento de que estava em confinamento por quase dois anos e que as condições de detenção estavam piorando, o que afetavam sua integridade física e psicológica. Solicitou apoio do Observatório Internacional de Prisões, que considerou suas condições carcerárias “particularmente duras e degradantes”. Durante vários períodos de detenção, o Sr. Khider foi sujeito a sistemáticas revistas corporais, chegando a três vezes por semana. Há relatos de que foi necessário usar a força para a revista regulatória, ocasião em que ameaçou um supervisor. Relatou algumas revistas íntimas a que foi submetido a situações humilhantes e vexatórias, na presença de cinco agentes, sendo que a norma prevê um mínimo restrito. Relatou também agressão sexual por parte de autoridade. O Ministério Público investigou e concluiu que todo o pessoal entrevistado confirmou a estrita aplicação das instruções a um preso relatado como perigoso. O juiz de instrução chegou a mesma conclusão.

**II. A Corte Europeia de Direitos Humanos** mencionou o Código de Processo Penal do país, cujo artigo D.275 prevê: “os detidos devem ser revistados com frequência e com a periodicidade que o chefe da instituição julgar necessário”. Dispõe que serão revistados na entrada e saída do estabelecimento e antes e depois de qualquer visita. Os prisioneiros só podem ser revistados por agentes do mesmo sexo e sob condições que garantam o controle efetivo e o respeito à dignidade da pessoa humana. Destacou que o artigo D.406 prevê medidas de controle que as autoridades prisionais considerem necessárias para os visitantes, por questões de segurança.

A Corte considerou o relatório do Comitê Europeu pela Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamento Desumanos e Degradantes (CPT) que recomendou que as autoridades francesas garantam respeito aos critérios de conveniência e proporcionalidade, bem como revisão dos procedimentos para revistas íntimas com vistas a assegurar o respeito à dignidade humana. Constatou-se que a transferência do recluso de uma instituição para outra pode ser necessária para garantir a segurança na prisão e evitar os riscos da fuga. No entanto, neste caso, as catorze transferências do requerente durante sete anos de detenção não pareciam mais ser justificadas segundo esses argumentos. Ademais, as revistas íntimas frequentes, sem um “imperativo de segurança convincente”, equivaliam a tratamento degradante, contrariamente ao artigo 3 da Convenção.

### **2.1.8. Wiktorko v. Polônia (2009). Application 14612/02**

A jurisprudência a respeito das revistas íntimas se aplica às situações em que pessoas são forçadas a despir-se. Dessa forma, o procedimento deve ser conduzido de maneira apropriada e justificada, com respeito à dignidade humana e a um objetivo legítimo. A conduta do pessoal do centro para sobriedade de despir uma mulher a força e, em seguida, amarrá-la com cintos por dez horas, equivale a um nível de sofrimento incompatível com os padrões da Convenção.

*Julgado em 30-06-2009*

I. Anna Wiktorko pegou um táxi e recusou-se a pagar o valor cobrado, por considerá-lo exorbitante. O motorista impediu-a de sair do táxi e a levou para um centro de sobriedade (“sobering up center”), onde ficou detida. Lá, recusou-se a passar pelo teste de bafômetro e foi registrado que ela estava em estado de “intoxicação média”. A peticionária alegou que sofreu tratamento degradante e humilhante pela equipe do referido centro, afirmando ter sido insultada, brutalmente maltratada, espancada, violentamente despida por dois homens e uma mulher e forçada a colocar um vestido descartável. Argumentou também que fora amarrada a uma cama com cintos de segurança por aproximadamente 10 horas, quando finalmente foi liberada. Apesar de apresentar queixa no sentido de que tinham sido infringidos seus direitos pessoais, sua dignidade e sua integridade física, o chefe da polícia distrital recusou-se a iniciar uma investigação.

II. A Corte Europeia de Direitos Humanos asseverou que, na Polônia, a legislação interna estabelece que a detenção em centros para a sobriedade corresponde a uma privação de liberdade. A Corte ressaltou que os tribunais nacionais consideraram que o uso da força não equivaleria a um delito. Contudo, isso por si só não isenta o Estado de sua responsabilidade sob a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Na espécie, não é o grau exato de coação física usado contra a peticionária o ponto crítico para a análise do caso. O aspecto essencial é a queixa de que, durante a sua detenção, ela foi violentamente despida por uma mulher e dois homens e, posteriormente, colocada em uma cama com cintos de segurança. Embora não se trate de uma revista íntima, a Corte considera que a sua jurisprudência nesta matéria é pertinente, uma vez que se refere também a situações em que alguém é obrigado a se despir.

Assim, mesmo que revistas íntimas sejam necessárias, ocasionalmente, para garantir a segurança das prisões ou impedir a desordem ou a criminalidade, estas devem ser conduzidas de forma adequada e justificada, com o devido respeito à dignidade humana e com um propósito legítimo. Para o Tribunal, as mesmas considerações se aplicam ao caso em apreço, sobretudo, pelo fato de que dois homens da equipe do centro despiram a peticionária à força, violando sua dignidade. Além disso, ela permaneceu amarrada por dez horas até ser solta na manhã seguinte. Ante as circunstâncias do caso, a Corte concluiu que a conduta das autoridades pode ser considerada equivalente a tratamento degradante, em afronta ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos humanos.

### 2.1.9. Malenko v. Ucrânia (2009). Application 186660/03

A prática de revistar o prisioneiro na frente de outros detentos diminui sua dignidade e constitui tratamento degradante.

Julgado em 19-05-2009

I. O Sr. Valery M. Malenko cumpre pena na prisão de Dykanivska n. 12 e está empregado na fábrica dessa instituição prisional. Alega que a caminho de seu local de trabalho e, na volta, é revistado na presença de outros detentos, bem como em qualquer outra ocasião. Afirma que essas revistas íntimas são realizadas em instalações que não são equipadas para esse fim. Argumenta que tal situação

degrada sua dignidade. O Governo da Ucrânia não apresentou nenhuma objeção específica quanto às denúncias sobre a prática de revistas íntimas.

**II. A Corte Europeia de Direitos Humanos** salientou que os maus tratos devem atingir um nível mínimo de severidade para serem inseridos no escopo do artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos. A avaliação desse nível mínimo de gravidade é relativa; depende de todas as circunstâncias do caso, como a duração do tratamento, seus efeitos físicos e mentais e, em alguns casos, o sexo, idade e estado de saúde da vítima. O Estado deve assegurar que a pessoa seja detida em condições compatíveis com o respeito à sua dignidade humana, que o modo e o método de execução da medida não a sujeitem a aflições ou privações de intensidade superior ao sofrimento inerente à detenção e que, dadas as exigências práticas da prisão, a sua saúde e bem-estar sejam garantidos. O Tribunal reportou que não tomou conhecimento de nenhuma peculiaridade do processo de produção na fábrica ou de qualquer outra informação que pudesse justificar a revista íntima nos presos que lá trabalham. Constatou que as inspeções corporais foram realizadas na frente de outros detentos, sem instalações necessárias para esse fim. Nestas circunstâncias, a Corte conclui que a prática de revistar o peticionário à vista de outros detentos diminuiu sua dignidade humana e constituiu tratamento degradante, violando o artigo 3 da Convenção.

#### **2.1.10. Dedovskiy e outros v. Rússia (2008). Application 7178/03**

A recusa em ser revistado pode legitimar o uso da força física. Contudo, agredir detento com cassetete não é meio propício para facilitar a inspeção, mas apenas uma forma de repreensão ou de punição corporal.

*Julgado em 15-08-2008*

**I.** Em abril de 2001, um grupo de oito oficiais chegou à colônia prisional com a finalidade de "prestar assistência prática na manutenção do regime de detenção". Após a chegada desses oficiais, o diretor do presídio e seu vice elaboraram um plano que incluía as seguintes medidas: busca nas instalações, inclusive as de segurança restrita e centro de punições; revistas íntimas dos detentos, inclusive no seu retorno do trabalho; e supervisão dos detentos sob os regulamentos do regime. Os oficiais das unidades usavam máscaras de balaclava e carregavam cassetetes de borracha durante a implementação do plano. Os seis peticionários relataram ter sofrido agressões e abusos no período de 17 a 20 de abril de 2001. Um dos peticionários, ao retornar do trabalho e se recusar a abrir os braços e as pernas para uma revista íntima, relatou ter sido agredido com cassetete. Os peticionários afirmaram que foram obrigados a pular e a gingar, nus, antes das revistas.

A ação penal instalada contra os subordinados do diretor do presídio foi suspensa porque as vítimas e as testemunhas não conseguiram identificar os oficiais das unidades que os haviam espancado por terem usado uniformes de camuflagem idênticos e máscaras do tipo balaclava. Em 25 de setembro de 2001 também foi suspenso o processo penal com relação às denúncias de alguns dos

peticionários e outros 143 presos, bem como a ação penal instaurada contra o diretor do presídio, sob a acusação de excesso de poder.

**II. A Corte Europeia de Direitos Humanos** destacou que os processos penais relativos às queixas de maus-tratos dos presidiários foram suspensos pela ausência de comprovação objetiva do uso de cassetetes. Para a Corte, a ausência de relatórios não desempenha papel decisivo para estabelecer os fatos para os propósitos processuais perante a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Caso contrário, as autoridades seriam capazes de evitar responsabilidades por maus-tratos, apenas não registrando o uso de força física ou de meios especiais. Assim, a Corte reconheceu que os oficiais poderiam ter usado a força ante a recusa do Sr. Dedovskiy em abrir seus braços e pernas para a revista íntima. No entanto, bater em detento com cassetete não é meio propício ao resultado desejado, qual seja, facilitar a busca, mas uma forma de represália ou castigo corporal, em afronta ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

#### **2.1.11. Frérot v. França (2007). Application 70204/01**

O procedimento da inspeção anal deve estar baseado em suspeita forte e específica de necessidades convincentes de segurança ou necessidade de prevenir desordem ou crime. Determinar tal procedimento com base em uma presunção genérica viola a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

*Julgado em 12-09-2007*

**I.** O Sr. Frérot é ex-membro do movimento armado de extrema-esquerda denominado “*Action Directe*”. Em 1989, foi condenado a prisão perpétua por tentativa de homicídio, roubo e tomada de reféns para facilitar ou preparar outro delito grave. Em 1992, foi novamente condenado a prisão perpétua e, em 1995, condenado a 30 anos de prisão por outros crimes violentos.

Em 1994, o prisioneiro solicitou ao Tribunal Administrativo de Versalhes a revisão judicial de certas circulares do Ministro da Justiça relativas às revistas íntimas, alegando que violavam a dignidade humana. Em especial, apontou determinado normativo que autorizava a equipe prisional a usar a força para obrigar os prisioneiros a submeterem-se a tais procedimentos humilhantes. Relatou que, a partir de setembro de 1994 a dezembro de 1996, cada vez que deixava a sala de visitas era submetido a revistas íntimas, que também incluíam dobrar o corpo e tossir. Quando se negou a obedecer, foi enviado a uma cela de punição. Após audiência de julgamento no Tribunal, apesar de ter ficado sob vigilância permanente, ou detido sozinho na cela, foi submetido a revista íntima e, por recusar-se, foi novamente punido. Apontou que durante seus dezoito anos de detenção estivera em quinze prisões diferentes e, embora sofresse revistas íntimas e cada estabelecimento tivesse suas próprias práticas, apenas nas prisões de Fleury-Mérogis e Fresnes haviam lhe pedido que abrisse a boca ou que se curvasse e tossisse enquanto estava despido. Por fim, reafirmou sua negativa a submeter-se a “inspeção anal”.

**II. A Corte Europeia de Direitos Humanos** reiterou que o artigo 3 da Convenção consagra um dos valores mais fundamentais da sociedade democrática. Ela proíbe, em termos absolutos, a tortura

ou tratamentos desumanos ou degradantes, independentemente das circunstâncias e do comportamento da vítima. Entende que os maus-tratos também devem atingir um nível mínimo de severidade se estiverem dentro do escopo do artigo 3. A avaliação desse mínimo é relativa; depende de todas as circunstâncias do caso, como a duração do tratamento, seus efeitos físicos e mentais e, em algumas hipóteses, o sexo, idade e estado de saúde da vítima. Para que a punição ou tratamento seja “desumano” ou “degradante”, o sofrimento ou a humilhação envolvida devem ir além do elemento inevitável de sofrimento ou humilhação relacionado ao tratamento ou castigo legítimo.

No presente caso, o peticionário não contestou sua submissão às regras de revista íntima, que estavam previstas em documento circular e em nota técnica. O Código de Processo Penal do país não indica as circunstâncias em que as buscas devem assumir o formato de uma inspeção em todo o corpo. Por sua vez, a Circular de 14 de março de 1986 especifica as circunstâncias em que as buscas corporais devem ser feitas sistematicamente nos prisioneiros. A Corte observa que o peticionário foi obrigado a submeter-se a inspeção anal em apenas uma das instalações em que foi detido, sem que tenham sido esclarecidas as circunstâncias particulares em que tal medida foi tomada. Em outras palavras, naquela prisão havia a presunção de que qualquer prisioneiro que voltasse da sala de visitas estaria escondendo objetos ou substâncias ilícitas nas partes íntimas de seus corpos. Sob essas condições, não se pode dizer que as ações desenvolvidas nas inspeções anais foram baseadas em “necessidades convincentes de segurança” ou no dever de prevenir desordem ou crime. O Tribunal considera compreensível que os reclusos se sintam vítimas de medidas arbitrárias. Esse sentimento é agravado pelo fato de as regras sobre revistas íntimas estarem estabelecidas em instrução emitida pelo próprio serviço prisional (Circular de 14 de março de 1986). Assevera que a combinação de sentimentos de arbitrariedade, inferioridade, ansiedade, afronta à dignidade, frequentemente associados à obrigação de se despir em público e submeter-se a uma revista íntima, resulta em um grau de humilhação que excede o nível - inevitável e, portanto, tolerável - que esses procedimentos podem ocasionar nos prisioneiros. A Corte Europeia de Direitos Humanos conclui que as revistas íntimas a que foi submetido o peticionário na prisão de Fresnes, entre setembro de 1994 e dezembro de 1996, constituíram tratamento degradante, na acepção do artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem; por conseguinte, houve violação desse artigo. No entanto, a Corte considera que o nível de severidade exigido para constituir tratamento “desumano” não foi atingido no caso presente. [[Comunicado de Imprensa](#)]

#### **2.1.12. Wieser v. Áustria (2007). Application 2293/03**

Revistas íntimas são justificáveis se conduzidas de maneira adequada com respeito à dignidade humana e visando a um propósito legítimo.

Não há justificativa para uma revista íntima se o objetivo é encontrar armas e não drogas ou outros objetos pequenos, pois meios menos invasivos podem ser usados.

*Julgado em 22-02-2007*

I. O requerente era suspeito de agredir e violentar sua esposa; de tê-la ameaçado com arma de fogo; de haver agredido sexualmente a sua enteada, menor de idade; além de estar na posse de vídeos pornográficos infantis. O mandado de prisão apontou que havia razões suficientes para supor que ele reagiria com “resistência maciça” à prisão e “tentaria escapar”. Equipados com coletes à prova de balas, escudos e máscaras, seis policiais da força-tarefa especial entraram na casa do suspeito, o lançaram ao chão e o algemaram. O peticionário relata que reconheceu os agentes da polícia pelos seus emblemas e declarou que não reagiria e que colaboraria com a polícia. De acordo com o relato, ele foi colocado vendado em uma mesa, onde foi despido, submetido a revista íntima na busca por armas e depois se vestiu. Descreve que o choque da situação fez com que urinasse em suas roupas e, apesar dos repetidos pedidos, os policiais recusaram-se a deixá-lo se trocar. Narra, ainda, que descreveu todos esses eventos em um documento. Porém, não mencionou que foi vendado enquanto era revistado.

II. A **Corte Europeia de Direitos Humanos** apontou que, de acordo com as informações prestadas pela esposa do peticionário, a polícia tinha razões legítimas para acreditar que se tratava de uma pessoa violenta e perigosa e, além disso, que detinha arma de fogo e era treinada no combate corpo a corpo. Neste contexto, a Corte considerou que a intervenção de seis policiais mascarados e especialmente equipados não afrontou o artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem. Essas circunstâncias justificam o uso de algemas no peticionário durante todo o período de sua detenção – aproximadamente quatro horas – o que não implicou exposição pública e não lhe causou lesões físicas ou efeitos a longo prazo em sua saúde mental.

Quanto à revista íntima, a Corte reiterou sua jurisprudência de que o procedimento pode ser necessário, mas deve ser conduzido de maneira adequada com respeito à dignidade humana e visando a um propósito legítimo. Analisando as particularidades do caso, o Tribunal destacou que a justificativa para a revista íntima foi a busca de armas, e não de drogas ou outros objetos pequenos que poderiam não ser encontrados se a pessoa não ficasse totalmente despida. Observou também que o peticionário não recebeu ordem para desnudar-se, mas foi despido à força pelos policiais em uma situação particularmente indefesa, já que estava algemado e vendado. Nesse cenário, considerou que havia formas menos invasivas e potencialmente menos degradantes como uma revista simples ou sem a necessidade de despir o suspeito completamente. Dentro das condições particulares do caso, a Corte, por maioria, entendeu que houve violação ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem.

#### **2.1.13. Wainwright e filho v. Reino Unido (2006). Application 12350/04**

Exigir submissão ao procedimento da revista íntima, em geral, implicará interferência nos termos do primeiro parágrafo do artigo 8 da Convenção Europeia e exige justificação, nos termos do segundo parágrafo, para estar “em conformidade com a lei” e “necessária em uma sociedade democrática”.

Tais requisitos não são preenchidos quando as autoridades prisionais não observam estritamente as garantias e precauções exigidas para proteger a dignidade dos visitantes que estão sendo revistados.

*Julgado em 26-12-2006*

I. Em 1997, enquanto estavam na fila para visitar o filho que estava na prisão, a Sra. Wainwright (W.), em companhia de seu outro filho, que tem paralisia cerebral e grave desenvolvimento social e intelectual, foram levados para um pátio por oficiais. Naquele espaço, informaram-lhes que eram suspeitos de estar no porte de contrabando ou drogas pois, segundo o relatório de funcionário da prisão, o prisioneiro a ser visitado poderia ser responsável pelo fornecimento de drogas dentro da penitenciária. A Sra. W. foi conduzida a sala sem que as persianas estivessem fechadas e, ao ser instada a retirar as roupas, uma terceira oficial entrou na sala procurando por formulário de consentimento a ser assinado pelo filho da peticionária. A visitante explicou que o formulário seria inútil para o filho, em razão de suas dificuldades de leitura e compreensão e que ela precisaria estar com ele para que entendesse o que estava acontecendo. A essa altura, a peticionária sofreu revista íntima e estava muito angustiada por acreditar que alguém fora da prisão pudesse tê-la visto através da janela. Após vestir as roupas, o policial pediu que ela assinasse o formulário de consentimento para que fosse intimamente revistada. Anexo ao formulário havia o resumo do procedimento a ser realizado.

Aproximadamente vinte e um meses após o incidente, a Sra. W. observou que ainda pensava sobre a revista íntima pelo menos uma vez por semana e essa lembrança a aborrecia e a entristecia, causando-lhe dificuldades para dormir. Ao ser examinada por um psiquiatra, ele atestou que a experiência vivida na prisão causou severo transtorno na Sra. W., que veio a piorar seu quadro depressivo, que já era tratado com medicamento antes desse episódio. Quanto ao filho da Sra. W, por cinco semanas após o evento, não interagiu com as pessoas e passou a maior parte do tempo em seu quarto, com dificuldades para dormir e tendo pesadelos. Além de haver perdido interesse em suas atividades, mostrou irritabilidade e hipervigilância. Em outubro de 1998, levado ao psiquiatra, concluiu-se que ele sofria de TEPT (stress pós-traumático) e depressão, causados pela revista íntima, sintomas que prejudicavam gravemente sua capacidade de interação social. Diagnosticado com TEPT pontuação 15, em abril de 2000, em nova consulta ao psiquiatra, concluiu-se que ainda sofria de estresse pós-traumático, agora medindo 18 na escala do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais).

Em primeira instância, o Tribunal da Comarca decidiu que, embora as revistas fossem desagradáveis, não constituíam tratamento desumano ou degradante. O magistrado aceitou o diagnóstico do filho da Sra. W, mas não acatou que seus sintomas tivessem durado tanto quanto relatado pelo médico e considerou que ele havia se recuperado dos efeitos da revista íntima até março de 1998, quando tentou suicídio. A decisão foi confirmada em segundo grau, ao fundamento que a Lei dos Direitos do Homem de 1998 não era aplicável à época, uma vez que os acontecimentos ocorreram antes da sua entrada em vigor, em 2 de outubro de 2000. Concluiu-se que a conduta não tinha sido suficientemente humilhante para constituir tratamento degradante.

II. A Corte Europeia de Direitos Humanos observou que os peticionários eram visitantes da prisão, pretendendo exercer o seu direito de ver o familiar próximo. Não havia nenhuma evidência direta para conectá-los com qualquer contrabando de drogas para dentro do estabelecimento prisional, especialmente porque era a primeira vez que visitavam alguém detido. Por outro lado, a Corte não duvida das informações do Governo no sentido de que havia um problema endêmico quanto

ao uso de drogas por parte do filho da Sr. W, dentro da prisão. Nestas circunstâncias, o Tribunal considera que a revista íntima pode ser medida preventiva legítima.

Salienta, contudo, que a aplicação desse procedimento altamente invasivo e potencialmente degradante para pessoas que não foram condenadas, estão presas ou sob suspeita razoável de ter cometido uma infração penal deve ser conduzido com rigorosa adesão aos procedimentos e todo o devido respeito à sua dignidade humana. Segundo os tribunais nacionais, os agentes penitenciários que realizaram as buscas não haviam cumprido seus próprios regulamentos e haviam demonstrado “desleixo”. No entanto, embora tenha havido uma falta de cortesia, não houve abuso verbal por parte dos oficiais e, mais importante, não houve “toque” dos policiais na Sra. W, mas apenas em seu filho, que foi ressarcido por decisão dos tribunais locais.

Segundo o Tribunal, o tratamento indubitavelmente causou desconforto aos recorrentes, mas não atingiu o nível mínimo de severidade proibido pelo artigo 3. Na opinião do Tribunal, o caso é abrangido pelo artigo 8, que exige a devida justificação nos termos do segundo parágrafo<sup>3</sup>. O Tribunal constatou que as buscas não eram proporcionais da maneira em que foram realizadas, pois as autoridades penitenciárias não cumpriam estritamente as garantias e as rigorosas precauções necessárias para proteger a dignidade dos que estavam sendo revistados. Assim, o Tribunal considerou que as buscas realizadas nos visitantes não podem ser consideradas “necessárias em uma sociedade democrática”, na aceção do artigo 8 (2) da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

#### 2.1.14. Baybaşın v. Países Baixos (2006). Application 13600/02

Revista íntimas semanais equivalem a tratamento contrário ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

*Julgado em 06-07-2006*

I. Em 1996, o peticionário foi detido na Holanda em função de pedido de extradição da Turquia, onde era suspeito de assassinato. Durante sua detenção, havia sérios indícios de que sua vida estava em risco, podendo ser vítima de agentes do Estado estrangeiro. O Tribunal holandês decidiu pela impossibilidade de extradição e, enquanto preso, as autoridades prisionais receberam indicações de que o peticionário e outros detentos planejavam fugir da prisão. Em fevereiro de 1998, ele apresentou queixa-crime na polícia, alegando que as autoridades turcas planejavam matá-lo. Em março de 1998,

---

<sup>3</sup> Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Artigo 8. Direito ao respeito pela vida privada e familiar

1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência.

2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem-estar econômico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a proteção da saúde ou da moral, ou a proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.

foi detido e colocado em prisão preventiva por suspeita de ter cometido crimes graves no âmbito de uma organização criminosa violenta em que desempenhou papel de liderança. Instaurados processos penais contra o recorrente, ele foi condenado por vários crimes à prisão perpétua.

Inicialmente, o peticionário foi encarcerado em prisão comum. Ante as informações indicando o risco de fuga e o perigo de ser “liquidado”, foi transferido para a Unidade de Segregação Nacional em Roterdã e, em seguida, para o complexo penitenciário de Vught, considerado de segurança máxima (EBI). Em dezembro de 2003, foi encaminhado para outra prisão e, em março de 2004, o psiquiatra o examinou e relatou que o detento desenvolveu vários problemas mentais (transtorno de estresse pós-traumático crônico, depressão e uma forte tendência à somatização) durante sua detenção no EBI. Os fenômenos de estresse pós-traumático estavam ligados principalmente às suas experiências no EBI e apenas algumas de suas queixas e sintomas estavam relacionadas com eventos ocorridos na Turquia. O peticionário queixou-se que as revistas íntimas semanais de rotina a que esteve sujeito entre 16 de julho de 2001 e 21 de novembro de 2002, ao longo de sua detenção no EBI, eram incompatíveis com os seus direitos, nos termos dos artigos 3 e 8 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

II. O **Tribunal Europeu de Direitos Humanos** observou que o peticionário esteve detido de 26 de junho de 1998 a 24 de dezembro de 2003 no EBI, sendo que foi submetido a revistas íntimas semanais até 1º de março de 2003, quando essa prática foi abandonada. O Tribunal rememorou sua jurisprudência, especialmente a do caso *Van der Ven e Lorsé e outros*, quando conclui que tal prática equivalia a tratamento contrário ao artigo 3 da Convenção e, tendo em vista essa conclusão, não seria necessária uma análise separada a respeito da violação do artigo 8. Considerou que não havia distinção entre o caso em análise e os mencionados acima e, portanto, decidiu pela violação ao artigo 3.

#### 2.1.15. *Lorsé e outros v. Países Baixos (2003). Application 52750/99*

Revistas íntimas semanais realizadas mesmo que o revistado não tenha tido contato com o mundo exterior, associadas à outras rigorosas medidas de segurança em instituição de segurança máxima, equivalem a tratamento desumano ou degradante.

*Julgado em 04-05-2003*

I. O Sr. Jacobus Lorsé foi colocado em custódia em julho de 1994 e, em junho de 1998, foi transferido para uma instituição de segurança máxima (EBI) para cumprir pena de quinze anos de reclusão por delitos relacionados a drogas e armas de fogo. Em várias ocasiões, o Sr. Lorsé ingeriu remédios legais para protestar contra o prolongamento de sua detenção em prisão de segurança máxima, a falta de privacidade e o contato excessivamente restrito com familiares. As condições psicológicas do Sr. Lorsé foram examinadas em inúmeras ocasiões. Em março de 2001, dois meses após sua transferência do EBI, o Sr. Lorsé foi examinado por psiquiatra. Ele atestou que o detento estava sofrendo de depressão com ataques de pânico moderadamente graves. Uma das razões para essa condição psiquiátrica foi o fato de o contato com a esposa e os filhos ter sido interrompido. O Sr. Lorsé foi o presidiário que ficou o maior período de tempo em regime de segurança máxima – seis anos.

O Sr. Lorsé, juntamente com sua esposa e seus três filhos, além de seus quatro filhos de outro relacionamento, se insurgiram contra o regime de detenção em que o apenado foi colocado. Alegaram que o regime adotado na prisão de segurança máxima constituía tratamento desumano e degradante e violava o direito ao respeito pela sua vida privada e familiar. Além disso, questionou a ausência de recursos efetivos para denunciar o tratamento desumano.

**II. A Corte Europeia de Direitos Humanos** apontou que as prisões de segurança máxima nos Países Baixos seguem normativos específicos, aplicando-se integralmente aos detidos. As celas são semanalmente revistadas, bem como os detentos, os quais são submetidos a revistas íntimas que envolvem exame externo dos orifícios e fendas do corpo, incluindo inspeção anal, realizada em sala fechada e, sempre que possível, por pessoa do próprio gênero do detento. As revistas íntimas também são feitas em situações específicas. A Corte destacou relatório elaborado pelo Comitê Europeu para Prevenção da Tortura e Tratamentos Desumanos ou Degradantes ou Punitivos por ocasião de visita ao EBI, ocorrida de 17 a 27 de novembro de 1997. Dentre os problemas relacionados, constava o fato de todos os prisioneiros serem revistados pelo menos uma vez por semana, inclusive com inspeções anais, independentemente de terem contato com o mundo exterior. De acordo com o relatório, essas revistas não pareciam corresponder a medidas de segurança legítimas e eram humilhantes para os detentos.

No presente caso, a Corte destacou estar impressionada com o fato de o Sr. Lorsé ter sido submetido a revistas íntimas semanais, algumas vezes com maior frequência – incluída inspeção anal –, por mais de seis anos, para além de todas as outras medidas rigorosas de segurança adotadas no EBI. Para a Corte, as autoridades estavam cientes das dificuldades do Sr. Lorsé de lidar com o regime adotado e, mesmo não sendo encontrada qualquer indicação que justificasse a suposição de que ele estivesse na posse ou tentado adquirir objetos que pudessem comprometer a segurança dentro da instituição, a sistemática revista íntima foi mantida por mais de seis anos, diminuindo sua dignidade humana e dando origem a sentimentos de angústia e inferioridade, capazes de humilhá-lo e rebaixá-lo. Assim, essa combinação de revistas íntimas rotineiras e outras medidas rigorosas de segurança equivalem a tratamento degradante ou desumano, em violação ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

#### **2.1.16. Van der Ven v. Países Baixos (2003). Application 50901/99**

Revistas íntimas semanais realizadas mesmo que o revistado não tenha tido contato com o mundo exterior, associadas à outras rigorosas medidas de segurança em instituição de segurança máxima, equivalem a tratamento desumano ou degradante.

*Julgado em 04-02-2003*

**I.** O Sr. Franciscus Cornelis Van der Ven (peticionário) foi condenado a quinze anos de prisão e, inicialmente, ficou detido em instituições ordinárias de prisão preventiva. Em 29 de outubro de 1997, foi transferido para instituição de segurança máxima (EBI), por haver notícias de que ele pretendia fugir da prisão e, com esse objetivo, estava conseguindo fazer contatos com pessoas fora da

penitenciária. Em três momentos distintos o peticionário solicitou que fosse enviado para uma prisão preventiva ordinária, alegando que sua colocação na EBI tinha sido ilegal, aliado ao tratamento desumano a que era submetido. Os pedidos foram rejeitados ao fundamento de que as condições de detenção não violavam o artigo 3 da Convenção, visto que o regime do EBI tinha fundamento jurídico e o tratamento dado ao requerente nesse estabelecimento não podia ser considerado como tortura ou tratamento desumano ou degradante. Na descrição do regime adotado na EBI, consta que as celas são semanalmente submetidas a inspeção e imediatamente, ou logo em seguida, os detidos são submetidos a revistas íntimas. Eles também são revistados após certas situações.

O Sr. Van der Ven apontou alguns aspectos da prisão EBI que lhe foram particularmente gravosos e que entendia não serem necessários do ponto de vista da segurança, em especial, as revistas íntimas semanais realizadas ao longo de três anos e meio, independentemente se o detento tivesse contato com o mundo exterior. Nesses procedimentos, demandavam que o peticionário ficasse completamente nu, fosse examinado e tocado, inclusive submetido a inspeções anais, além de adotar posições que considerava embaraçosas.

**II. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos** observou que as denúncias do peticionário sobre sua detenção não diziam respeito às condições materiais do EBI, mas sim ao regime a que foi submetido. O condenado foi realocado em instituição de segurança máxima porque considerou-se provável que tentasse fugir das instalações de detenção com regime menos rigoroso e, se escapasse, haveria o risco inaceitável, para a sociedade, de que viesse a cometer crimes violentos. No presente caso, a Corte impressionou-se com o fato de que o peticionário era submetido a revistas íntimas semanais, que independiam de ele ter tido contato com o mundo exterior, além de todas as outras medidas rígidas de segurança dentro do EBI, ainda que durante todo esse tempo em que esteve preso nada tivesse sido encontrado. A Corte apontou que as condições de detenção podem, às vezes, equivaler a tratamento desumano ou degradante. Segundo a Corte, as revistas íntimas a que foi submetido por cerca de três anos e meio em combinação com outras medidas rigorosas de segurança diminuíram sua dignidade humana e deram origem a sentimentos de angústia e inferioridade, a violar o artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

### **2.1.17. Iwańczuk v. Polónia (2001). Application 25196/94**

Viola o artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos exigir que o detento se submeta à revista íntima para exercer seu direito de voto, considerando que as instalações para votação se encontravam no próprio presídio.

*Julgado em 15-02-2002*

**I.** O Sr. Krzysztof Iwańczuk (K.) foi acusado e preso por suspeita de roubo, fraude, apropriação indébita, além de falsificar e utilizar documentos falsificados, sendo sua prisão prorrogada algumas vezes. O Sr. K. solicitou às autoridades prisionais autorização para votar nas eleições parlamentares, uma vez que existiam instalações de voto no presídio em que cumpria pena. O oficial da prisão o levou

para a sala dos guardas, local em que foi informado que, para poder votar, deveria se despir e passar por uma revista íntima. O peticionário tirou suas roupas, exceto sua roupa de baixo, ocasião em que alegou que os guardas da prisão o teriam ridicularizado e trocado comentários humilhantes sobre seu corpo, abusando-o verbalmente. Instado a se despir completamente, o prisioneiro recusou-se a fazê-lo e solicitou permissão para votar sem a revista íntima. O pedido foi recusado e o detento foi levado de volta à cela sem exercer seu direito de voto.

O peticionário alegou que o seu direito à intimidade havia sido violado e que fora impedido de votar. Apontou ser injustificada a revista íntima, pois não havia indicação em seu comportamento, durante todo o período de sua detenção, de que poderia afetar a segurança dos demais prisioneiros ou dos guardas. Relatou, ainda, a humilhação que sofrera por parte dos oficiais da prisão, que fizeram comentários vulgares e agiram com abuso verbal. O pedido foi rejeitado, com fundamento nas declarações dos guardas que apontaram a possibilidade de o peticionário ter uma navalha escondida em seu corpo, aliado ao risco de ameaçar os membros do comitê eleitoral. Para o Tribunal, os profissionais agiram em conformidade com as normas de detenção.

**II. A Corte Europeia de Direitos Humanos** apontou que o Sr. K. quis valer-se do seu direito fundamental, o direito de voto nas eleições parlamentares, no espaço organizado para esse fim dentro da prisão. O Tribunal considerou que não havia nada que justificasse a necessidade de o peticionário despir-se na frente de um grupo de guardas prisionais. Segundo a Corte, dada a personalidade do detento, o seu comportamento pacífico durante todo o período da sua detenção, o fato de não ter sido acusado de um crime violento e não ter antecedentes criminais, não foi provado que existiam fundamentos ou receios que ele se comportasse violentamente. Consequentemente, não foi demonstrado que a ordem para realizar a revista fosse realmente justificada. Assim, por maioria, a Corte decidiu que houve afronta ao artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos do Homem.

#### **2.1.18. Valašinas v. Lituânia (2001). Application 44558/98**

A revista íntima conduzida por agente que, sem luvas, apalpa os órgãos sexuais do detento e, em seguida, toca a comida que o prisioneiro havia acabado de receber durante a visita familiar, demonstra clara falta de respeito e equivale ao tratamento degradante no sentido do artigo 3 da Convenção.

*Julgado em 24-10-2001*

**I.** A partir de outubro de 1993, o Sr. Valašinas (V.) ficou detido durante nove anos por roubo, posse e venda de armas de fogo. Inicialmente, cumpriu a pena em local segregado dos demais prisioneiros. Posteriormente, foi alocado em uma área sob condições normais da prisão e houve momentos em que foi colocado em solitária. O caso refere-se às condições de sua prisão e o tratamento que lhe foi dado de abril de 1998 a abril de 2000. Relata que, após receber uma visita particular, foi submetido a revista íntima conduzida por um oficial, enquanto outros dois policiais observavam, também na presença de uma segurança do sexo feminino. Registrou que foi examinado pelo guarda

prisional sem que este usasse luvas e que, após apalpar seus órgão sexual, tocou a comida dada a ele por seus familiares, sem que tivesse lavado as mãos.

II. A Corte Europeia de Direitos Humanos identificou que havia uma funcionária naquela prisão e que seria factível sua presença por ocasião da revista íntima. Para a Corte, a ausência de qualquer registro prisional quanto às reclamações do peticionário mostra a relutância das autoridades penitenciárias em investigar adequadamente as condições vexatórias a que foi submetido. Considerando que nenhuma prova foi apresentada para que o Tribunal não acreditasse nas alegações do peticionário e que, ao contrário, foram entregues algumas evidências tendentes a corroborar os fatos narrados, a Corte considerou que a revista íntima foi conduzida da forma discorrida pelo prisioneiro. Os atos descritos por ocasião da revista íntima mostraram clara falta de respeito para com o sr. V., capazes de diminuir sua dignidade humana. Dessa forma, equivalem ao tratamento degradante no sentido do artigo 3 da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

## 2.2. CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



### 2.2.1. Presídio Miguel Castro-Castro v. Peru (2006). Denúncias 11.015/92 e 11.769/97

As inspeções vaginais nas prisioneiras realizadas por policiais encapuzados, usando a força, e sem nenhum outro objetivo que não a intimidação, constituem violência contra as mulheres.

Da mesma forma, inspeções vaginais realizadas em visitantes femininas, na completa ausência de regulamentação, por policiais em vez de profissionais da saúde, e como primeira medida e não como último recurso, constituem violência contra as mulheres.

*Julgado em 25-11-2006*

I. No período de 6 a 9 de maio de 1992, no interior do Presídio Miguel Castro-Castro, na denominada “Operação Mudança 1”, sob o pretexto de transferir mulheres presas para outra prisão, às 4h da manhã, agentes da Polícia Nacional explodiram parte da parede externa do pátio do Pavilhão 1-A4. Simultaneamente, os policiais do presídio atiraram para cima, criando furos no telhado para permitir o acesso a rifles. Então, soldados do exército e policiais bombardearam o pavilhão e atiradores dispararam de telhados e de local próximo ao pavilhão dos prisioneiros.

O resultado da ação foi a morte de pelo menos 42 internos, 175 feridos e 322 detentos submetidos a tratamento cruel, desumano e degradante. Às 9h30 da manhã, a polícia lançou gás fosforoso branco e bombas de gás, asfixiando os prisioneiros e queimando seus olhos, pulmões e pele. Às 10h, os presos do sexo masculino no Pavilhão 4-B<sup>5</sup> começaram a protestar contra o ataque a seus companheiros do

<sup>4</sup> O Pavilhão 1-A detinha certa de 135 mulheres e 50 homens. Informação disponível em: < [https://iachr.ils.edu/sites/default/files/iachr/Cases/Miguel\\_Castro\\_Castro\\_Prison\\_v\\_Peru/Miguel%20Castro%20Castro%20Prison%20v.%20Peru.pdf](https://iachr.ils.edu/sites/default/files/iachr/Cases/Miguel_Castro_Castro_Prison_v_Peru/Miguel%20Castro%20Castro%20Prison%20v.%20Peru.pdf)>. Último acesso em 29.5.2019.

<sup>5</sup> O Pavilhão 4-A detinha cerca de 400 presos. Informação disponível no link acima.

Pavilhão 1-A. Em resposta, a polícia atirou contra esses prisioneiros, ato que perdurou ao longo da tarde. No dia 7 de maio, os detentos ficaram sem acesso à eletricidade, água e comida. As forças policiais intensificaram seus ataques com granadas. No dia 8 de maio, helicópteros e morteiros dispararam contra ambos os pavilhões. No dia subsequente, os ataques foram retomados e; às 18h00, os prisioneiros, desarmados, saíram dos pavilhões e foram mortos.

No dia 10 de maio, os sobreviventes, inclusive prisioneiras grávidas, foram colocados de bruços no chão e mantidos nessa posição por vários dias. Os maus-tratos continuaram nos meses seguintes. Os policiais obrigavam os internos a andar nus nos pátios, os torturavam com bastões elétricos e os submetiam a revistas nas partes íntimas do corpo. Algumas prisioneiras foram espancadas, colocadas em caminhões e levadas para outros presídios; alguns prisioneiros também seguiram para estabelecimentos distintos. Todos foram submetidos a confinamento em celas sem iluminação, sob ameaças constantes. Os soldados apontavam seus rifles para as prisioneiras e pessoas encapuzadas realizavam revistas íntimas nas mulheres, sem luvas. Uma das vítimas sobreviventes, Cesar Mamani Valverde, relatou que sua mãe, em visita posterior ao presídio, foi submetida a humilhações nas revistas para entrar no presídio. Algumas prisioneiras foram encaminhadas ao hospital, onde ficaram nuas por vários dias, sem atendimento. Consta relato de que uma prisioneira sofreu “inspeção vaginal digital”, realizada por várias pessoas encapuzadas, com suma brutalidade, sob o pretexto de revistá-la.

O Estado justificou sua ação e acusou quatro prisioneiros de terrorismo, posse ilegal de armas e resistência à autoridade do Estado. Investigação da polícia conclui que o ataque foi legal e objetivou frustrar um motim planejado por prisioneiros. Os registros da investigação foram incinerados. Após investigações e audiências, o Supremo Tribunal do Peru absolveu os quatro presos condenados por terrorismo, considerando que eles não eram rebeldes nem violentos. Em junho de 2006, o Estado peruano reconheceu parcial responsabilidade pelas mortes, ferimentos e maus tratos aos prisioneiros durante o ataque, bem como a falha em respeitar o direito a um julgamento justo e proteção judicial das vítimas e seus familiares. O Estado também admitiu as tentativas de encobrir as violações aos direitos humanos, mas afirmou que os direitos dos prisioneiros e seus parentes próximos foram restaurados e que não ocorreriam mais violações.

**II. A Corte Interamericana de Direitos Humanos**, em extenso relato do massacre e das atrocidades praticadas, apontou que as forças de segurança do Estado peruano não utilizaram outros meios que não fosse o uso da força letal. Assim, recusaram o oferecimento de intervenção por parte da Cruz Vermelha, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Comissão Episcopal de Ação Social e da Coordenação Nacional de Direitos Humanos.

Para a Corte, a violência contra as mulheres é uma estratégia de guerra que os atores do conflito armado usam para avançar no controle do território e dos recursos. Asseverou a violação de vários direitos e relatou a violência de gênero praticada pelas autoridades peruanas. Segundo o Tribunal, o regime aplicado às sobreviventes do massacre constituiu ataque contra sua dignidade, e uma violação

do direito de não se submeterem a torturas, conforme reconhece o artigo 5<sup>6</sup> da Convenção Americana de Direitos Humanos. Segundo a Corte, embora a Convenção de Belém do Pará não estivesse vigente no Peru na época dos fatos, esse tratado pode ser utilizado para analisar a responsabilidade estatal pelas violações do direito à vida, à integridade pessoal, às garantias judiciais e à proteção judicial, garantidos na Convenção Americana. A Convenção de Belém do Pará dispõe a obrigação do Estado de agir com a devida diligência para prevenir, investigar e punir a violência contra a mulher.

Assim, com base no artigo 2<sup>7</sup> da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, a Corte Interamericana de Direitos Humanos concluiu que os atos de violência sexual a que foi submetida uma interna em virtude de suposta “inspeção vaginal digital” configuraram violação sexual que, por seus efeitos, constituem tortura. Portanto, o Estado é responsável pela violação do direito à integridade pessoal consagrado no artigo 5.2 da Convenção Americana, bem como pela violação dos artigos 1<sup>8</sup>, 6<sup>9</sup> e 8<sup>10</sup> da referida Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em detrimento da interna mencionada. Dentro dessa temática, a Corte decidiu, também, que “os exames ou inspeções vaginais das presas no contexto de revistas realizadas por policiais do sexo masculino encapuzados, usando a força, e sem outro propósito senão a intimidação e abuso, constituíram flagrantes violações de seus direitos, caracterizando violência contra a mulher”. De igual forma os

---

<sup>6</sup> Artigo 5. Direito à integridade pessoal

1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.

2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada da liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano.

<sup>7</sup> Artigo 2. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por tortura todo ato pelo qual são infligidos intencionalmente a uma pessoa penas ou sofrimentos físicos ou mentais, com fins de investigação criminal, como meio de intimidação, como castigo pessoal, como medida preventiva, como pena ou com qualquer outro fim. Entender-se-á também como tortura a aplicação, sobre uma pessoa, de métodos tendentes a anular a personalidade da vítima, ou a diminuir sua capacidade física ou mental, embora não causem dor física ou angústia psíquica.

Não estarão compreendidos no conceito de tortura as penas ou sofrimentos físicos ou mentais que sejam unicamente consequência de medidas legais ou inerentes a elas, contanto que não incluam a realização dos atos ou a aplicação dos métodos a que se refere este artigo.

<sup>8</sup> Artigo 1. Os Estados Partes obrigam-se a prevenir e a punir a tortura, nos termos desta Convenção.

<sup>9</sup> Artigo 6. Em conformidade com o disposto no artigo 1, os Estados Partes tomarão medidas efetivas a fim de prevenir e punir a tortura no âmbito de sua jurisdição.

Os Estados Partes assegurar-se-ão de que todos os atos de tortura e as tentativas de praticar atos dessa natureza sejam considerados delitos em seu direito penal, estabelecendo penas severas para sua punição, que levem em conta sua gravidade.

Os Estados Partes obrigam-se também a tomar medidas efetivas para prevenir e punir outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, no âmbito de sua jurisdição.

<sup>10</sup> Artigo 8. Os Estados Partes assegurarão a qualquer pessoa que denunciar haver sido submetida a tortura, no âmbito de sua jurisdição, o direito de que o caso seja examinado de maneira imparcial.

Quando houver denúncia ou razão fundada para supor que haja sido cometido ato de tortura no âmbito de sua jurisdição, os Estados Partes garantirão que suas autoridades procederão de ofício e imediatamente à realização de uma investigação sobre o caso e iniciarão, se for cabível, o respectivo processo penal.

Uma vez esgotado o procedimento jurídico interno do Estado e os recursos que este prevê, o caso poderá ser submetido a instâncias internacionais, cuja competência tenha sido aceita por esse Estado.

exames vaginais praticados nas visitantes femininas dos sobreviventes “com total ausência de regulamentação, praticada por pessoal policial, e não de saúde, e como uma primeira medida, e não como último recurso, com o objetivo de manter a segurança na prisão” devem ser caracterizados como ato de violência contra a mulher. [Resumo Cronológico]

## 2.3. COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



### 2.3.1. X e Y (menor) v. Governo da Argentina (2006). Caso 10.506

Os visitantes ou membros da família do preso não devem ser automaticamente considerados suspeitos de ato ilícito, não sendo legítimo, de início, sujeitá-los à revista íntima. Esse procedimento deve seguir as seguintes condições: a) ser absolutamente necessário para alcançar o objetivo de segurança no caso específico; b) não existir qualquer outra alternativa; c) em princípio, deve ser autorizado por ordem judicial; e 4) ser realizado unicamente por profissionais da saúde.

*Julgado em 15-10-1996*

I. A Sra. X visitava seu esposo, preso na Unidade 1 do Serviço Penitenciário Federal da Argentina, na companhia da filha Y, de 13 anos de idade, quando foram submetidas a revistas íntimas, ação rotineira nas mulheres que visitam aquela unidade prisional. A diretoria de segurança interna informou que, de início, utilizavam-se luvas no procedimento. Porém, dado o grande número de visitantes, aliado à escassez de luvas cirúrgicas e o perigo de transmissão de doenças, decidiu-se realizar inspeções visuais. A autoridade policial relatou que, por haverem encontrado um líquido amarelo e 400 gramas de explosivos plásticos na cela do Sr. X, as visitantes foram avisadas que ambas deveriam se submeter a uma revista íntima. A Sra. X recusou submeter-se ao procedimento e também não aceitou a alternativa de efetuar a visita separada por uma parede de vidro.

A Sra. X e filha ajuizaram ação de amparo para que o presídio cessasse as revistas íntimas por ocasião das visitas. A Câmara Nacional de Apelações Penais e Correcionais da Capital Federal acatou o pedido, sob o fundamento de que as revistas corporais constituíam invasão ao direito de intimidade inerente a toda pessoa, violação da integridade física e à dignidade humana, e ofensa à consciência e à honra das petionárias.

A Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina tornou sem efeito a decisão. Apontou que as medidas adotadas pelo serviço penitenciário não seriam arbitrárias no sentido da lei, posto não existirem meios alternativos para detectar a presença de objetos perigosos ou drogas nos visitantes que pretendem manter contato físico com os internos.

II. A **Comissão Interamericana de Direitos Humanos** não questionou a necessidade de revistas antes de se permitir o ingresso numa penitenciária. Contudo, as revistas íntimas e inspeções vaginais são tipos de verificação intrusiva e excepcional. A Comissão salientou que, embora esses procedimentos possam ser excepcionalmente adotados, não se pode sustentar que a aplicação sistemática a todos os visitantes seja necessária para garantir a segurança pública.

Segundo a Comissão, a revista íntima é mais do que uma medida restritiva, pois implica a invasão do corpo da mulher. Ademais, sua aplicação em uma criança de 13 anos pode resultar em grave dano psicológico, cujas consequências são difíceis de serem avaliadas. Portanto, o equilíbrio de interesses que deve reger a análise da legitimidade dessa medida requer necessariamente que o interesse do Estado seja mais alto no caso da revista vaginal ou qualquer tipo de revista corporal invasiva. Nesse ponto, a Comissão decidiu que, para estabelecer a legitimidade excepcional de uma revista ou inspeção vaginal, é necessário que se cumpram quatro condições: 1) ser absolutamente necessária para alcançar o objetivo de segurança no caso específico; 2) não existir qualquer alternativa; 3) em princípio, deve ser autorizada por ordem judicial; e 4) ser realizada unicamente por profissionais da saúde.

A Corte concluiu que, ao efetuarem revistas íntimas nas visitantes sempre que mantiveram contato com o Sr. X, as autoridades da prisão violaram a integridades física e moral da Sra. X e de sua filha, além do direito à honra e à dignidade, consagrados na Convenção.

## 2.4. COMITÊ DE DIREITOS HUMANOS (ONU)



### 2.4.1. Clement Boodoo v. Trinidad e Tobago. Comunicado 721/1996

Revista íntimas realizadas sob ameaças e sem que sejam apresentadas justificativas violam o artigo 7 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

*Julgado em 15-04-2002*

I. O Sr. Boodoo cumpria sentença prisional de 10 anos em Trinidad e Tobago. Quando ainda estava em prisão preventiva, foram encontrados em sua cela um mapa da prisão e uma arma feita à mão. Como punição, o peticionário foi colocado em confinamento em um prédio especial de alta segurança, onde ficava trancado em sua cela por 23 horas diárias. De tempos em tempos ele era transferido para a prisão de Port-of-Spain por breves períodos. Ao retornar, ele era forçado a se despir, mostrar seu corpo e agachar várias vezes na frente dos guardas da prisão. Segundo o peticionário, nenhum outro preso estava sujeito a tal humilhação.

II. O **Comitê de Direitos Humanos** decidiu que as ameaças de violência e o tratamento desumano recebido pelo peticionário ao ser revistado pelos carcereiros, considerando ainda a ausência de uma explicação do Estado Parte, equivalem a uma violação do artigo 7 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos – Decreto 592/1992.

Artigo 7. Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médias ou científicas.

### 3. CASOS DE CORTES NACIONAIS

#### 3.1. ALEMANHA



##### 3.1.1. Corte Federal Constitucional v. sem identificação nominal (2013). Caso BvR 2815/11

A revista íntima do prisioneiro deve pautar-se pela proporcionalidade adequada, sob pena de violar seu direito de personalidade.

*Julgado em 07-10-2013*

I. Em abril de 2011, antes de ser levado para o Tribunal, o peticionário sofreu revista íntima e, conduzido algemado para a audiência, viajou sozinho com dois oficiais da prisão. Na chegada, ele foi entregue a dois guardas, que o levaram à sala de audiências. Terminada a sessão, ele seguiu na companhia dos guardas prisionais, que o levaram para a penitenciária. Lá, retiraram as algemas e submeteram-no à nova revista íntima. O peticionário solicitou uma decisão judicial contra o procedimento realizado quando de seu retorno. Os Tribunais Regional e Superior rejeitaram o pedido.

II. O **Tribunal Constitucional Federal da Alemanha** reverteu a decisão. Segundo a Corte, as revistas íntimas constituem grave interferência no direito geral de personalidade. Isso se aplica especialmente às inspeções nos orifícios do corpo que normalmente estão cobertos. Devido ao peso que trazem consigo certos atos de interferência que afetam a esfera íntima e o sentimento de vergonha da pessoa, o prisioneiro tem direito a uma consideração especial.

As revistas íntimas devem ser realizadas com certos cuidados, dentre eles, que o revistado fique fora do alcance visual de outros prisioneiros e que não tenham pessoas desnecessárias presentes na sala. Não pode ser realizada rotineiramente e independentemente de suspeitas individuais. Segundo o Tribunal, o risco de contrabando de artigos proibidos seria relativamente pequeno pois o prisioneiro estava continuamente algemado enquanto levado para fora ou perante o tribunal, sob supervisão ininterrupta de agentes penitenciários, tendo tido contato apenas com os agentes e o juiz. Assim, tal avaliação deveria ter sido levada em consideração. O Tribunal considerou que houve afronta à sua jurisprudência e a do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

#### 3.2. CANADÁ



##### 3.2.1. Cidade de Vancouver v. Alan Cameron Ward (2010). CAN-2010-2-003

Nos termos da Seção 8 da Carta Canadense de Direitos e Liberdades, os cidadãos não podem ser submetidos a revistas ou apreensões sem fundamento plausível.

*Julgado em 23-07-2010*

I. Durante uma cerimônia em Vancouver, o departamento de polícia da cidade recebeu informações de que um indivíduo desconhecido pretendia jogar uma torta no Primeiro-Ministro. Baseado na descrição física, os policiais erroneamente identificaram o Sr. Ward (W.) como o pretenso atirador de tortas, perseguiram-no e o algemaram. Ao protestar em voz alta contra sua prisão, foi detido por violação da paz e levado para a prisão. No presídio, os policiais realizaram uma revista íntima. Enquanto o peticionário estava preso, policiais apreenderam seu carro com o propósito de revistá-lo assim que o mandado de busca fosse obtido. Os detetives determinaram, posteriormente, que não havia motivos suficientes para obter o mandado de busca ou evidência necessária para autuarem o Sr. W por tentativa de agressão. W foi libertado cerca de 4,5 horas após a sua detenção.

O Sr. W. ajuizou ação por violação de seus direitos e garantias. O juiz de primeira instância decidiu e o Tribunal de Recursos confirmaram a decisão no sentido de que, embora os agentes da província e da cidade não tivessem agido de má-fé, a revista íntima violou o seu direito de estar livre de busca e apreensão irracionais.

II. A **Suprema Corte do Canadá** decidiu que a revista íntima violou a Seção 8 da Carta Canadense de Direitos e Liberdades<sup>12</sup>, que garante a todos, naquele país, proteção contra buscas e apreensões despropositadas. Apontou que as revistas íntimas realizadas foram inerentemente humilhantes e degradantes, além de terem impacto significativo na pessoa e nos direitos do sr. W. As condutas dos agentes de correção que causaram a violação também foram graves. Uma sensibilidade mínima aos preceitos contidos na Carta, no contexto da situação específica, teria mostrado que a revista íntima realizada foi desnecessária e violenta.

### 3.2.2. R. v. Golden (I.V.) (2001). Caso 27547

O direito de efetuar a prisão envolve o poder de conduzir a revista íntima, sujeita a limitações.

*Julgado em 06-12-2001*

I. Após vigilância policial em determinada área, o acusado foi preso por tráfico de drogas. Após a detenção, o oficial realizou a revista corporal, que revelou a existência de um pacote plástico de cocaína e crack em suas partes íntimas. Acusado de posse de narcótico para fins de tráfico, o acusado procurou ter a evidência excluída, alegando que a revista íntima após sua detenção constituía busca e apreensão abusivas contrárias à Seção 8<sup>13</sup> da Carta Canadense de Direitos e Liberdades. O Tribunal de Ontário admitiu a evidência (droga), afirmou que não houve violação de seus direitos e condenou-o a 14 meses de prisão.

<sup>12</sup> Carta Canadense de Direitos e Liberdades

Seção 8. Todos têm o direito de estar seguros contra buscas ou apreensões desarrazoadas.

<sup>13</sup> Departamento de Justiça do Governo do Canadá. Carta Canadense de Direitos e Liberdades.

Seção 8. Busca e Apreensão. Toda pessoa tem o direito de estar segura contra busca ou apreensão desarrazoada.

**II. A Suprema Corte do Canadá**, por maioria, anulou a condenação e absolveu o acusado. Apontou que o direito de efetuar a prisão acarreta a condução da revista íntima, desde que sujeita a limitações.

Portanto, o Tribunal estabeleceu os parâmetros para realizar as buscas corporais de maneira adequada. Por serem inerentemente humilhantes e degradantes, a Corte considerou inadmissíveis adotá-las como política rotineira. Para justificar a revista íntima, a prisão deve ser legal, e esse procedimento deve estar relacionado aos motivos da prisão. A polícia deve ter motivos razoáveis e prováveis para acreditar que a revista íntima era necessária para descobrir uma arma ou recuperar evidências. Além disso, deve ser realizada em delegacia de polícia, a menos que as circunstâncias exijam o contrário, e deve ser autorizada por oficial supervisor. A saúde e a segurança de todas as pessoas envolvidas devem ser garantidas. Quem conduz a revista deve ser do mesmo sexo que o revistado. O número de pessoas envolvidas deve ser o menor possível. Deve-se usar o mínimo de força. A revista deve ser conduzida de forma privada e o mais rápido possível, garantindo que o acusado não fique completamente despido em nenhum momento. Deve-se priorizar a inspeção visual, sem contato físico. Se a inspeção visual revelar arma ou evidência em cavidades do corpo (excluindo a boca), o próprio revistado deve remover o objeto ou algum médico treinado deverá removê-lo. Por fim, deve-se manter registro das razões da revista e da maneira em que foi realizada.

Analisando as circunstâncias do caso, o Tribunal destacou que a Polícia prendeu o acusado em um restaurante, com motivos razoáveis e prováveis para acreditar que ele estava traficando cocaína. No entanto, o acusado foi revistado três vezes. Primeiro, em uma escada, o policial puxou as calças e as roupas íntimas do acusado, sob suspeita de que ele havia escondido drogas entre as partes íntimas. Um pacote se projetava de suas nádegas. Após resistência, o acusado foi curvado sobre uma mesa e um embrulho contendo crack foi retirado à força de suas nádegas. O público foi removido, mas muitos oficiais e um funcionário permaneceram no local. O policial usava luvas de borracha, as mesmas utilizadas pelos funcionários para lavar os banheiros.

O Tribunal considerou que não havia motivos para não revistar o acusado na delegacia (a dois minutos de carro). Ele não teve a oportunidade de remover suas próprias roupas, tampouco o oficial obteve autorização de um supervisor. A revista foi conduzida em prejuízo da saúde do acusado. Sob tais circunstâncias, considerou-se que o procedimento foi conduzido de maneira inadequada, violando a seção 8 da Carta.

### **3.2.3. R. v. Simmons (1988). Caso 18767**

A invalidade constitucional de uma revista não torna inadmissível a prova dela obtida se os oficiais que a conduziram atuaram de boa-fé.

*Julgado em 08-12-1988*

**I.** Ao entrar no Canadá, a inspeção aduaneira questionou a peticionária em procedimentos de rotina. O policial da alfândega percebeu que ela estava muito nervosa e a encaminhou para uma

segunda inspeção. A inspetora solicitou permissão de seu superintendente para poder revistá-la. Levada para uma sala, acompanhada da inspetora e de um oficial, a peticionária foi instada a retirar sua roupa, revelando bandagens ao redor de seu diafragma e, dentro, sacolas plásticas com resina de “cannabis”, ocasião em que foi presa.

No julgamento, o juiz considerou que a peticionária havia sido detida desde o momento em que foi levada para a sala de revistas e, porque não foi informada de seu direito a buscar orientações de um advogado, antes da revista corporal, seus direitos sob o artigo 10<sup>14</sup> da Carta Canadense de Direitos e Liberdades foram violados e ela foi absolvida. O Tribunal de Apelação anulou o recurso e determinou outro julgamento. O novo apelo visava determinar se os direitos da peticionária foram violados quando foi submetida a uma revista na alfândega; e, em caso afirmativo, se a evidência de narcóticos obtida como resultado da revista deveria ser excluída.

**II. A Suprema Corte do Canadá** reconheceu o direito de o país, como Estado soberano, controlar quem e o que ultrapassa as suas fronteiras. Consequentemente, os viajantes que cruzam fronteiras nacionais têm a expectativa de se sujeitarem, bem como suas bagagens, a processo de triagem, podendo haver motivos para suspeitar que o indivíduo tenha proferido declaração falsa ou esteja portando mercadorias proibidas. No entanto, o fato de que aqueles que viajam e passam pelas alfândegas deterem expectativa de privacidade não diminui a obrigação de as autoridades estaduais aderirem à Carta, mesmo que os motivos que tenham levado à busca sejam razoáveis e que as drogas sejam encontradas como resultado da revista corporal. Antes de qualquer pesquisa, os inspetores devem explicar claramente os direitos da pessoa sob a Carta – especialmente o direito de consultar um advogado. No presente caso, a viajante permaneceu ignorante de sua posição legal porque não foi informada de seus direitos. Como resultado, a Suprema Corte do Canadá considerou que a revista foi infundada.

No entanto, embora a violação dos direitos da recorrente não tenha sido trivial, nos termos dos dispositivos 10 (b) e 8, a admissão das evidências em questão não traria descrédito à administração da justiça. Havia fatos amplos para apoiar a suspeita do agente da alfândega de que a recorrente estava ocultando algo em seu corpo com o objetivo de trazê-lo ilegalmente para o Canadá. Essa Corte já declarou que a invalidade constitucional de uma revista não torna inadmissível a prova dela obtida se os oficiais que a conduziram atuaram de boa-fé. Nas circunstâncias deste caso, as provas devem ser consideradas e o recurso julgado improcedente. [Resumo]

---

<sup>14</sup> Carta Canadense de Direitos e Liberdades

Artigo 10. Toda pessoa tem direito, em caso de prisão ou de detenção, a:

- a) ser informada o mais brevemente possível acerca dos motivos da sua prisão ou detenção;
- b) obter de imediato a assistência de um advogado, e ser informada deste direito;
- c) confirmar a legalidade de sua detenção por meio de habeas corpus e obter a liberdade quando a detenção não for legal.

### 3.3. CHILE



#### 3.3.1. Complexo Prisional La Serena e Centro de Detenção Preventiva de Ovalle v. Instituto Nacional de Derechos Humanos<sup>15</sup>

O regulamento do estabelecimento prisional que determina o mesmo procedimento de revista íntima para adultos e menores de idade viola as normas constitucionais e internacionais de proteção das crianças e adolescentes.

*Julgado em 07-09-2017*

I. Em maio de 2017, durante visita de observação de rotina feita periodicamente pelo Instituto Nacional de Derechos Humanos (INDH) aos estabelecimentos penitenciários, um grupo de pessoas e presos do Complexo Penitenciário de La Serena (CPLS) e do Centro de Detenção Preventiva de Ovalle (CDPO) denunciou que meninos, meninas e adolescentes eram submetidos a revistas íntimas degradantes quando visitavam seus familiares. Relataram que os jovens eram obrigados a tirar a roupa, inclusive as íntimas, e realizar agachamentos na presença de adultos submetidos ao mesmo tipo de revista, sempre sob a supervisão de um policial prisional.

Em junho de 2017, o INDH apresentou recurso de amparo<sup>16</sup> perante a Corte de Apelações de La Serena contra a Dirección Regional de Gendarmería requerendo o fim dessa prática. A Corte deferiu o pedido. Ressaltou que o simples fato de os procedimentos de visitas serem definidos em normas previamente estabelecidas não exime o órgão administrativo de adequar sua conduta e regulamentação interna aos parâmetros e limites estabelecidos pelo respeito às garantias fundamentais dos visitantes dos detentos. Asseverou que as regras internas das instituições prisionais que definiram aos menores e adolescentes tratamento igual ao de adultos que visitam familiares privados de liberdade podem ser vistas como violação das garantias fundamentais, pois desconsideram a condição especial de maior vulnerabilidade dos menores.

II. A **Suprema Corte do Chile** confirmou a decisão, determinando que o Complexo Penitenciário e o Centro de Detenção Preventiva de Ovalle cessassem revistas que implicassem a nudez total ou parcial dos menores. Determinou, ainda, a revisão do regulamento interno para as visitas dos menores, adotando-se outras medidas não invasivas e revistas superficiais sobre as roupas dos menores, a fim de que o procedimento se adequasse às normas constitucionais e internacionais de proteção das crianças e adolescentes. [Causa rol n. 39.695-2017 – Comunicado de imprensa]

<sup>15</sup> Inteiro teor da decisão não encontrado.

<sup>16</sup> Para a elaboração do recurso, os profissionais do INDH entraram em contato com os familiares de cada criança, e após várias entrevistas, foi possível definir um grupo de sete crianças e adolescentes com quem seus familiares identificaram exatamente os dias e horários em que foram a cada prisão e foram submetidos à revista, descartando a amostra para a apresentação do recurso aqueles casos em que os familiares não tinham clareza dos dados. Uma psicóloga especializada em infância e adolescência entrevistou cada criança e elaborou um relato em cada caso, com o objetivo de reforçar em evidência a afetação psíquica a que foram submetidos como resultado destas revistas íntimas.

### 3.4. COLÔMBIA



#### 3.4.1. Sentença T-269 (2002)

A razoabilidade é um dos requisitos necessários aos procedimentos de revista de visitantes de detentos. Não é razoável a revista que manipula as partes íntimas dos visitantes, pois viola a dignidade humana, além de existirem outros meios para garantir a segurança institucional.

*Julgado em 18-04-2002*

I. A Sra. Jenny Alexandra S. Vélez relatou que, para ser admitida como visitante na Penitenciária Nacional em Valledupar, é submetida a situações que atentam contra a dignidade humana. Sob a alegação de que poderia esconder algum elemento proibido, é obrigada a despir-se, mostrar as partes íntimas, fazer agachamentos, dobrar os joelhos, introduzir a mão na região pélvica, além de remover a prótese dentária. Afirmou que, no interior da penitenciária, há sofisticados aparatos detectores de metal. Informou que, se alguma das visitantes reclama da forma com que as revistas íntimas são realizadas, recebe ultrajes e advertências para não voltar.

II. Para a **Corte Constitucional da Colômbia**, o respeito à dignidade humana, pilar do ordenamento constitucional, não pode ser submetido a limitações nem mesmo quando a pessoa está presa. A Corte acredita que não somente os presos devem ser tratados de acordo com a dignidade humana, mas também quem vêm visitá-los, periodicamente ou esporadicamente, ainda mais quando não têm seus direitos restringidos por uma sentença privativa de liberdade. Ou seja, é garantido o pleno exercício de seus direitos e, portanto, os funcionários dos estabelecimentos prisionais devem agir de acordo, garantindo a efetividade destes.

Destacou que o Código Prisional e Penitenciário contempla a razoabilidade como um dos componentes necessários das revistas aos visitantes dos internos. Assim, não é razoável que uma revista íntima seja realizada transgredindo o direito à dignidade humana. Embora razões de segurança justifiquem a realização de inspeções em visitantes, tais procedimentos não podem ignorar os mandatos constitucionais e legais. A Corte enfatizou que esse tipo de revista configura tratamento desumano e degradante, além de prática desnecessária, pois existem outros mecanismos para detectar armas ou narcóticos, como detectores eletrônicos, cadeiras “bop”, aparatos especialmente projetados para reconhecer a presença de metais nas partes íntimas da pessoa, além de cães treinados para descobrir substâncias narcóticas e explosivos. Ademais, a Penitenciária Nacional de Valledupar está equipada com os dois primeiros elementos, conforme relatado pelo seu diretor. Quanto aos cães, normativo autoriza que os diretores de penitenciárias solicitem o apoio necessário nesse sentido.

### 3.4.2. Sentença T-702 (2001)

Pessoas privadas de liberdade mantêm intacta a dignidade humana. Por isso, a prática rotineira de revistas íntimas, que incluem exigências degradantes, viola os direitos fundamentais dos presos, sobretudo quando estão disponíveis meios menos invasivos para detectar objetos ilícitos.

*Julgado em 05-07-2001*

I. O Sr. Omar Albeiro Gaviria Rua ajuizou ação contra a Penitenciária Nacional em Valledupar, em proteção ao seu direito à dignidade, que considerou violado pelo estabelecimento em razão de revistas íntimas rotineiras. Descreveu que o procedimento consiste em ficar nu, mover a genitália, ficar em pé sobre uma cadeira, agachar-se repetidamente e mostrar o ânus em posições vergonhosas. Afirmou que essa revista é aplicada a todos os internos do Pavilhão 8, onde está encarcerado. Ao reclamar perante as autoridades administrativas da prisão, foi informado que o Regulamento e o Manual de Procedimentos estão sendo aplicados, o que diz desconhecer.

O Diretor da Penitenciária, por sua vez, explicou que se trata de estabelecimento prisional de alta segurança e, em caso de suspeita fundamentada, o preso deve ser despido e revistado. Esclareceu que esse procedimento tem limites e que em nenhum momento suas partes íntimas são observadas ou se exige alguma ação que vá contra sua dignidade. Quando há suspeita de que o preso carrega alguma arma em seu corpo, ele é instado a sentar-se em uma cadeira especialmente projetada para detectar metais nas partes íntimas. Esse procedimento é adotado com frequência para evitar que hajam mortos ou feridos dentro da prisão.

II. A **Corte Constitucional da Colômbia** destacou que, nos termos de sua jurisprudência, a dignidade é princípio de valor absoluto, que não admite limitação sob quaisquer circunstâncias. É pressuposto essencial da consagração e efetividade de todo o sistema de direitos e garantias contemplado na Constituição. Ademais, a jurisprudência assumiu a dignidade não apenas como princípio, mas como direito fundamental autônomo de eficácia direta e suscetível de ser protegida por tutela. Não se trata de faculdade a ser adquirida, nem outorga ou concessão do Estado, porque a dignidade é atributo essencial da pessoa humana. O direito fundamental é receber tratamento que respeite plenamente a dignidade do indivíduo, o que implica tanto obrigações de não fazer quanto de fazer pelo Estado.

Para a Corte, enquanto alguns direitos fundamentais dos prisioneiros são suspensos ou restringidos a partir do momento que estão submetidos à prisão preventiva ou condenados por sentença, muitos outros permanecem intactos e devem ser plenamente respeitados pelas autoridades públicas. Obviamente, os direitos à liberdade física e à liberdade de circulação são suspensos e, como consequência da prisão, também os direitos políticos. Entretanto, o direito à vida, à integridade pessoal, à dignidade, à igualdade, à liberdade religiosa, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à saúde, ao devido processo legal, de petição são todos mantidos. O fato de estar recluso não significa a perda da condição de ser humano, eis que a função e a finalidade da sentença são a proteção da sociedade, a prevenção do delito e, principalmente, a ressocialização do responsável pelo ato punível.

Ao analisar diversos normativos, a Corte Constitucional Colombiana conclui que a revista íntima relatada pelo peticionário não era autorizada em lei, além de constituir tratamento cruel, desumano, degradante e violador do direito fundamental à dignidade dos internos do referido presídio.

### 3.5. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA



#### 3.5.1. *Albert W. Florence v. Board of Chosen Freeholders of the County of Burlington*. Caso 566 U.S. 318

A Quarta e a Décima Quarta Emendas Constitucionais não isentam o novo detento de submeter-se a revista íntima, ainda que não tenha sido preso por crime grave ou que envolva porte de armas ou drogas de revistas.

*Julgado em 02-04-2012*

I. O peticionário estava dirigindo seu veículo quando um policial estadual de Nova Jersey solicitou que parasse. Ao checar o banco de dados do Estado, a autoridade encontrou mandado de prisão contra o motorista por não ter comparecido à audiência para pagamento de multa. Inicialmente, o peticionário foi detido no Centro de Detenção do Condado de Burlington e, posteriormente, no Centro Correcional do Condado de Essex, mas foi libertado assim que os oficiais tomaram conhecimento de que a multa havia sido paga.

No primeiro cárcere, o peticionário teve que tomar banho e foi revistado para verificar cicatrizes, marcas, tatuagens de gangues e contrabando enquanto tirava a roupa. Ele informou que também teve que abrir a boca, levantar a língua, estender os braços, virar-se e erguer a genitália. Na segunda prisão, foi obrigado a retirar as roupas enquanto um oficial procurava por marcas corporais, feridas e contrabando. Outro oficial examinou os ouvidos, nariz, boca, cabelo, couro cabeludo, dedos, mãos, axilas e outros orifícios de seu corpo. Segundo ele, também foi obrigado a levantar seus genitais, virar e tossir enquanto agachava.

O peticionário ajuizou ação no Tribunal Distrital Federal contra as entidades governamentais que administravam as cadeias, dentre outros, argumentando que as pessoas presas por ofensas menores não podem ser submetidas a buscas invasivas a menos que haja motivo para suspeitar de ocultação de armas, drogas ou outro contrabando. A decisão de primeira instância concordou com os argumentos do peticionário e decidiu que revistas íntimas em infratores não perigosos sem suspeita razoável violavam a Quarta Emenda. O Tribunal do Terceiro Circuito reverteu a decisão.

II. Instada a decidir, a **Suprema Corte dos Estados Unidos da América** apontou que o cerne do debate envolvia saber se os imperativos de segurança envolvidos na supervisão da prisão se sobrepõem à afirmação de que alguns detidos devem estar isentos dos procedimentos de revista íntima, se não houver suspeita razoável de arma oculta ou outro contrabando.

O Tribunal recordou sua jurisprudência em *Bell v. Wolfish*, 441 U. S. 520 e *Hudson v. Palmer*, 468 U. S. 517-523, entre outros. No primeiro caso, decidiu ser válida a regra que exige “que detentos em

prisão preventiva em instituições correcionais federais exponham suas cavidades corporais para inspeção visual como parte da revista realizada após cada visita em que mantido contato com pessoa de fora da instituição, para impedir o contrabando de drogas, armas, e outros itens proibidos”. No segundo caso mencionado, o Tribunal confirmou “a constitucionalidade de revistas aleatórias em armários e celas de presos, mesmo sem suspeita de que o detento esteja ocultando itens proibidos. Esses casos estabeleceram que os funcionários correcionais devem ter permissão para elaborar políticas razoáveis de revista para detectar e impedir a posse de contrabando em suas instalações, e que “na ausência de provas substanciais nos autos para indicar que os funcionários exageraram na conduta, os tribunais devem em regra deferir a avaliação conduzida pelo policial nesse quesito”.

O Tribunal destacou que os funcionários têm interesse significativo em realizar revistas completas como procedimento padrão no processo de admissão no estabelecimento carcerário. A admissão de novos reclusos cria riscos para os profissionais, para a população detida existente e mesmo para os novos detidos. Ressaltou que pessoas presas por um delito menor também podem ser coagidas por outras a esconder contrabando e isentá-las do protocolo padrão de revista pode colocá-las em maior risco e resultar em mais contrabando para o centro de detenção.

Posto isso, a Corte concluiu que as autoridades podem realizar revistas íntimas em presos por qualquer crime, no momento anterior em que forem admitidos na cadeia, ainda que não haja suspeita de que estejam portando qualquer contrabando.

### 3.5.2. *Safford Unified School District e outros v. Redding (2009). Caso 557 US 364*

Se houver suspeita de distribuição de comprimidos contrabandeados na escola, os alunos também são razoavelmente suspeitos de carregá-los no corpo ou na mochila. Esse fato autoriza revistar os pertences dos alunos, mas não justifica uma revista íntima.

Expectativas sociais subjetivas e razoáveis de privacidade apoiam o tratamento de revistas íntimas como categoricamente distinto. Portanto, requer-se elementos específicos de justificação para que as autoridades possam executá-las.<sup>17</sup>

*Julgado em 25-06-2009*

I. Depois de escoltar Savana Redding, de 13 anos, da sala de aula do ensino médio para o seu escritório, o diretor-assistente Wilson mostrou-lhe uma agenda com facas e outros itens proibidos no

<sup>17</sup> “No julgamento histórico do caso *R. v. M. (M.R.)*, a **Suprema Corte do Canadá** por maioria também decidiu que a razoável expectativa do estudante à privacidade no ambiente escolar “significativamente reduzida” porque as autoridades da escola são responsáveis pela “promoção de um ambiente seguro e pela manutenção da ordem e disciplina na escola”. Portanto, os estudantes devem saber que isso “por vezes exige revista de estudantes e de seus pertences e a apreensão de itens proibidos”. Em conclusão, a corte decidiu que a apreensão de maconha de um estudante revistado durante uma dança da escola não violava seus direitos à luz da seção 8 da Carta. Ao estabelecer os parâmetros para uma busca sem mandado razoável nessas circunstâncias, deve-se registrar que a decisão majoritária expressamente limitou sua fundamentação à escola primária e secundária, sem discorrer sobre o ambiente de faculdade ou universidade.” (*Busca, Apreensão, Prisão e Detenção sob a Carta*)

ambiente escolar. Ela admitiu ser a proprietária da agenda, mas que a havia emprestado para sua amiga Marissa e que os objetos de contrabando não eram dela. Em seguida, ele apresentou quatro comprimidos de analgésicos vendidos sem receita médica e um de venda livre, todos proibidos pelas regras da escola se não houver permissão prévia. Ela negou conhecimento deles, mas Wilson disse que ele tinha um relatório que mencionava que ela estava repassando pílulas para outros estudantes. Ela negou e concordou em deixá-lo vasculhar seus pertences. Ele e Helen Romero, assistente administrativa, revistaram a mochila de Savana, não encontrando nada.

Wilson, então, pediu a Romero que levasse Savana à enfermaria da escola para procurar por pílulas em suas roupas. Depois que Romero e a enfermeira Peggy fizeram Savana tirar sua roupa exterior, disseram-lhe para tirar o sutiã e sacudi-lo, e afastar o elástico de sua calcinha, expondo seus seios e área pélvica em certo grau. Nenhuma pílula foi encontrada. A mãe de Savana ajuizou ação contra a escola e as pessoas envolvidas.

**II. A Suprema Corte dos Estados Unidos da América**, por maioria, decidiu que a revista íntima violou os direitos de Savana garantidos pela Quarta Emenda. Segundo a Corte, um aluno que é razoavelmente suspeito de distribuir comprimidos contrabandeados para a escola também é razoavelmente suspeito de carregá-los em alguma parte do corpo ou em sua mochila. O ato de Wilson de vasculhar a mochila de Savana, em sua presença e na relativa privacidade do escritório, não foi excessivamente intrusivo, assim como a revista corporal subsequente realizada por Helen, considerando que a aluna estava vestida.

Contudo, segundo a Corte, Wilson não tinha suspeita suficiente para garantir a extensão da revista a ponto de fazer Savana despir-se. O fato expôs em algum grau o corpo da aluna. Expectativas sociais subjetivas e razoáveis de privacidade pessoal exigem elementos distintos de justificativa por parte das autoridades escolares para irem além de uma revista no corpo e nos pertences do aluno.

Savana relatou o fato como embaraçoso, assustador e humilhante. Sua indignidade não torna ilícita a revista, mas é necessário que as circunstâncias justifiquem esse grau de interferência. No caso, o conteúdo da suspeita não correspondia ao grau de intrusão. Assim, embora a revista íntima tenha violado os direitos da Quarta Emenda de Savana, os funcionários da escola detinham direito a imunidade qualificada, porque a inconstitucionalidade da busca não foi delineada de forma clara no momento da violação.

### **3.5.3. Estados Unidos v. Montoya de Hernandez (1985). Caso 84-755**

O poder concedido ao Congresso americano de proteger a nação e de interrogar as pessoas que ingressam no país faz com que o equilíbrio da razoabilidade previsto na Quarta Emenda seja qualitativamente diferente na fronteira internacional em relação à do interior do país.

As revistas de rotina dos que ingressam no país e seus efeitos não estão sujeitos a nenhum requisito de suspeita razoável, causa provável ou mandado, sendo permitido que as autoridades usem técnicas altamente intrusivas como revista nas cavidades corporais, radiografias e lavagem gástrica.

*Julgado em 01-07-1985*

I. Ao chegar ao Aeroporto Internacional de Los Angeles em um voo de Bogotá, Colômbia, a Sra. Rosa M. Hernandez passou por exame de seu passaporte e do conteúdo de sua valise. Após responder o questionamento dos funcionários da alfândega, estes suspeitaram que ela poderia ser uma “engolidora de balão” (ou mula), tentando contrabandear narcóticos em seu aparelho digestivo, razão pela qual foi detida. Ela informou que estava grávida e ficou mantida incomunicável por quase 16 horas, até que as autoridades obtivessem autorização judicial para a realização de exame de gravidez, procedimentos de raio X e exame retal.

Durante esse tempo, foi-lhe dada a opção de retornar para a Colômbia no próximo voo disponível ou concordar com a realização de raio-X ou permanecer sob custódia até produzir um movimento intestinal monitorado. Ela escolheu retornar para a Colômbia, mas os agentes do aeroporto não conseguiram um horário de voo próximo, tendo ela se recusado a usar as instalações sanitárias. Nos termos da ordem judicial, foi realizado teste de gravidez em hospital que provou ser negativo, e o exame retal resultou na obtenção de 88 balões contendo cocaína que haviam sido contrabandeados em seu canal alimentar, ocasião em que foi formalmente presa.

A Corte Distrital admitiu a cocaína como prova contra a Sra. Hernandez e, consequentemente, foi condenada por vários crimes federais relacionados a narcóticos. O Tribunal de Apelações do Nono Circuito reverteu a decisão afirmando que a detenção da peticionária teria violado a Quarta Emenda porque os funcionários aduaneiros não tinham uma “indicação clara” de que haveria tráfico de drogas no canal alimentar da peticionária quando ela foi presa.

II. A **Suprema Corte dos Estados Unidos da América**, em razão do conflito nas decisões de tribunais inferiores, por maioria, concedeu “*certiorari*” e confirmou as acusações feitas à peticionária. Apontou que, embora ela não tivesse familiares ou amigos nos Estados Unidos, ela havia feito oito viagens recentes para aquele destino, sem falar inglês e sem possuir reserva de hotel, portando apenas dinheiro em espécie, sem cartões de crédito, sem roupas ou sapatos além de quatro mudas de roupas de frio e não conseguia se lembrar como seu bilhete aéreo fora adquirido.

A Corte destacou o depoimento da inspetora que realizou a revista: ela sentiu que havia algo firme no abdômen da peticionária, como se vestisse uma cinta. Observou que a Sra. Hernandez vestia dois pares de roupa íntima de elástico com papel toalha que revestia a área da virilha. A Corte salientou que, com o poder concedido ao Congresso de proteger a nação, podendo parar e examinar as pessoas que entram no país, o equilíbrio da razoabilidade da Quarta Emenda é qualitativamente diferente na fronteira internacional em relação ao interior do país. Revistas íntimas nas pessoas que entram no país e seus efeitos não estão sujeitos a qualquer exigência de suspeita, causa provável ou mandado. Além disso, as detenções nas fronteiras podem envolver o uso de técnicas investigativas altamente invasivas, como buscas nas cavidades corporais, radiografias e lavagem gástrica.

Esse caso reflete a preocupação nacional de combater o contrabando de narcóticos ilícitos e, em particular, o transporte dentro do corpo. Segundo a Corte, o padrão de “suspeita razoável” está sendo aplicado em vários contextos e afeta o equilíbrio necessário entre os interesses públicos e privados, quando da atuação dos agentes da lei. O Tribunal enfatizou que as situações que envolvem

contrabando de drogas no interior do corpo não poderiam ser consideradas sob a proteção da Quarta Emenda: esse tipo de contrabando não dá sinais externos e os inspetores raramente teriam “causa provável” (*probable cause*) para realizar prisão ou revista. Mesmo assim, o interesse do Estado em parar o contrabando na fronteira permaneceria alto.

No caso, ainda que a peticionária tenha ficado sob vigilância durante 16h, ela mesma foi responsável por esse tempo, que a Corte não considera excessivo, pois estava agindo com esforço heroico ao recusar água, comida e idas ao banheiro, bem como ao não autorizar submeter-se a um raio-X. Nesse sentido, a Corte concorda que a detenção da peticionária foi longa, desconfortável e humilhante, mas tanto sua duração quanto o seu desconforto resultaram unicamente do método pelo qual ela escolheu contrabandear drogas ilícitas.

Concluiu-se que, ante a suspeita de contrabando em seu canal alimentar, os funcionários da alfândega não eram obrigados, à luz da Quarta Emenda, a deixar a peticionária e seus 88 balões de cocaína entrar no país.

### 3.5.4. *Bell v. Wolfish* (1979). Caso 441 U.S. 520

Não viola a Constituição exigir que os presos preventivos exponham as cavidades corporais para inspeção visual como parte da revista íntima realizada toda vez que receberem visita de pessoas de fora da instituição.

*Julgado em 14-05-1979*

I. Os detentos do Centro Correcional Metropolitano (CCM) ajuizaram ação coletiva questionando algumas práticas daquele centro de detenção, uma instituição federal na cidade de Nova York projetada principalmente para abrigar detidos em prisão preventiva. Dentre as práticas, questionaram a revista íntima realizada nos internos após visitas com pessoas de fora da instituição. Os peticionários alegaram que, na curta história do CCM, houve apenas um caso de contrabando encontrado durante uma revista íntima, o que demonstrava a desnecessidade de se adotar tal procedimento como rotina.

O Tribunal Distrital interveio amplamente em quase todas as facetas da instituição e ordenou não menos que 20 práticas a serem adotadas pelo CCM por motivos constitucionais e estatutários. O Tribunal de Apelações confirmou amplamente as decisões constitucionais do Tribunal Distrital e considerou que, de acordo com a Cláusula do Devido Processo prevista na Quinta Emenda, detentos preventivos podem sujeitar-se apenas àquelas restrições e privações que são inerentes ao próprio confinamento ou são justificadas por necessidades insuperáveis de administração da cadeia.

II. A **Suprema Corte dos Estados Unidos da América** sublinhou que, em relação aos presídios, manter a segurança institucional e preservar a ordem interna e a disciplina são metas essenciais que podem exigir limitação ou retratação dos direitos constitucionais retidos tanto dos presos condenados quanto dos presos provisórios. Decidiu que nem as revistas íntimas, nem a proibição contra o recebimento de pacotes ou mesmo a regra de buscas nos quartos violam quaisquer

garantias constitucionais. Esclareceu que o fato de os presos serem detentores de certos direitos constitucionais não significa que esses direitos não estejam sujeitos a restrições e limitações. Ponderou que deve haver acomodação mútua entre necessidades institucionais e as provisões da Constituição que são de aplicação geral, aplicáveis igualmente aos detidos preventivos e aos presos condenados.

Segundo a Corte, uma vez que os problemas que surgem no dia-a-dia de uma instituição carcerária não são suscetíveis de soluções fáceis, os agentes penitenciários devem ter ampla deferência na adoção e execução de políticas e práticas que, em seu julgamento, são necessárias para preservar a ordem e a disciplina internas e manter a segurança institucional. A Corte esclareceu que, em cada caso, é necessário equilibrar a necessidade da revista em relação à invasão de direitos pessoais que ela implica. Os tribunais devem considerar o escopo da intrusão em particular, a maneira como ela é conduzida, a justificativa para iniciá-la e o local em que ela é conduzida.

No mais, o fato de ter havido apenas um caso em que um recluso do CCM foi descoberto com objetos proibidos dentro de seu corpo, tentando contrabandeá-los para dentro da instituição, é mais um testemunho da eficácia da técnica da revista íntima do que da falta de interesse dos reclusos em entrar com itens proibidos, quando a oportunidade surgir.

O Tribunal concluiu que não subestima o grau em que as revistas íntimas podem invadir a privacidade pessoal dos internos, tampouco não duvida que, ocasionalmente, um guarda de segurança possa conduzir a revista de maneira abusiva. Tal abuso não pode ser tolerado; as revistas devem ser conduzidas de maneira razoável. Contudo, a Corte considerou que, no caso em análise, as revistas íntimas não violavam a Quarta Emenda, que proíbe apenas buscas não razoáveis e, sob as circunstâncias, a Corte acredita que o procedimento foi legítimo.

### 3.6. NOVA ZELÂNDIA



#### 3.6.1. Taunoa e outros v. Attorney-General (2007). Caso NZSC 70 SC6/2006

O programa “Regime de Gestão do Comportamento”, concebido para impedir mau comportamento de prisioneiros, embora tenha procedimentos que violam os padrões nacionais e internacionais de direitos humanos, não equivalem a tortura ou tratamento cruel nos termos da s. 9 da Declaração de Direitos da Nova Zelândia.

*Julgado em 31-08-2007*

I. Em 1998, em razão de uma rebelião no presídio de Auckland, instituiu-se o programa conhecido como “Regime de Modificação do Comportamento”, posteriormente renomeado como “Regime de Gestão do Comportamento”, também conhecido como BMR (*Behaviour Management Regime*), que durou de 1998 a 2004. Concebido para impedir o mau comportamento de prisioneiros, o programa estabeleceu que a extensão do isolamento e demais restrições seriam determinadas de acordo com a progressão dos prisioneiros através de fases distintas.

O Tribunal de Recurso e o Tribunal Superior consideraram que o regime negava aos prisioneiros o direito de serem tratados com humanidade e com respeito à sua dignidade nos termos da s. 23 (5) da Declaração de Direitos da Nova Zelândia. Cinco prisioneiros mantidos sob o programa apelaram. Eles objetivaram a declaração de que seus direitos sob s. 9 da lei mencionada também haviam sido violados, ao argumento de que os tribunais não haviam considerado os efeitos cumulativos das condições a que haviam sido submetidos. Também argumentaram, entre outros, que havia revistas íntimas de rotina após as visitas, embora o contato entre o visitante e o prisioneiro não fosse permitido; que os detidos eram revistados constantemente quando voltavam de seus aposentos, mesmo que cada prisioneiro estivesse continuamente na companhia de três policiais; e que a maioria das revistas era realizada em área de cruzamento, com pouco respeito à privacidade e dignidade.

II. A questão em discussão na **Suprema Corte da Nova Zelândia** era avaliar se o tratamento dado aos prisioneiros - que incluía, entre outros, revistas íntimas, isolamento, celas pequenas e/ou com pouca ventilação - equivalia a tratamento cruel, degradante ou severamente desproporcional à luz da s. 9 da Declaração de Direitos da Nova Zelândia. A Corte, por maioria, rejeitou o recurso. A decisão não alterou o entendimento das instâncias inferiores.

Para a maioria da Suprema Corte, embora o tratamento dos prisioneiros fosse inaceitável pelos padrões nacionais e internacionais de direitos humanos, os procedimentos adotados não poderiam ser caracterizados como cruéis, degradantes ou desproporcionalmente graves à luz da s. 9. De acordo com o Tribunal, as revistas íntimas nos reclusos, em circunstâncias em que eles podem estar escondendo itens não autorizados, são parte necessária da administração da penitenciária, em salvaguarda dos interesses da segurança prisional. [Resumo Oficial]

## 4. REFERÊNCIAS

### Bibliográficas

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema penal máximo x cidadania mínima**: códigos de violência na era da globalização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: studies in the sociology of deviance. New York: Free Press, 1963.
- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva. **Colisões entre princípios constitucionais**. Curitiba: Juruá, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, penalidade e prisão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FRAGA, Paulo Denizar. **Violência**: forma de dilaceramento do ser social. São Paulo: Cortez, 2002.
- GABEL, Katherine. **Children of incarcerated parents**. Lanham: Lexington Books, 1998.
- GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.
- GIDDENS, Anthony. **O estado-nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2001.
- GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2006. (Coleção Pensamento Criminológico, 12).
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- OLIVEIRA, Márcio Luís (Org.). **O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos**: interface com o direito constitucional contemporâneo. Belo Horizonte: Editora del Rey, 2007.
- OLSSON, Giovanni; CASTALDI, Valquíria. O poder do estado no uso da violência legítima: um olhar sobre o sistema prisional brasileiro e sua (in)efetividade. **Direitos Fundamentais e Justiça**, v. 12, n. 38, p. 46-73, jan./jun. 2018.
- SANTOS, Juarez Cirino dos. **A criminologia radical**. 2. ed. Curitiba: ICPC Lúmen Júris, 2006.
- SOARES, Bárbara Masumeci; ILGENFRITZ, Iara. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- TAYLOR, Ian; WALTON, Paul; YOUNG, Jock. **La nueva criminología**: contribución a una teoría social de la conducta desviada. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2001. Disponível em: <[https://www.proletarios.org/books/Taylor\\_Walton\\_Young-La\\_nueva\\_criminologia.pdf](https://www.proletarios.org/books/Taylor_Walton_Young-La_nueva_criminologia.pdf)>.
- WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WACQUANT, Loïc. A ascensão do estado penal nos EUA. In: BORDIEU, Pierre (Org.). De l'État social à l'État penal. **Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade**, Rio de Janeiro: Revan, v. 7, n. 11, 2002.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Trad. Eliana Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002. (Coleção Pensamento Criminológico, 7).

ZELIZAR, Viviana A. **La negociación de la intimidad**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

### Artigos Online

ANDRUCHEK, Margaret A. Strip search in Pennsylvania Public Schools, **Dickinson Law Review**, v. 90, p. 803-860, 1986. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/dlr90&id=811&collection=journals&index=>>>.

ARGÜELLO, Katie. Do estado social ao estado penal: invertendo o discurso da ordem. **Congresso Paranaense de Criminologia**, 1., Londrina, novembro de 2005. Disponível em: <<http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2013/01/Artigo-Katie.pdf>>.

BALL, Rache; WALTERS, Adrienne. **Ending the routine strip searching of women in Victoria's Prisons**. Human Rights Law Centre. 2017. Disponível em: <[https://static1.squarespace.com/static/580025f66b8f5b2dabbe4291/t/5a287bb50d9297f066fd588d/1512602586016/TC+Report\\_Online.pdf](https://static1.squarespace.com/static/580025f66b8f5b2dabbe4291/t/5a287bb50d9297f066fd588d/1512602586016/TC+Report_Online.pdf)>.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação**. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010. Disponível em: <[http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade\\_texto-base\\_11dez2010.pdf](http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Dignidade_texto-base_11dez2010.pdf)>.

BATISTELA Jamila Eliza; AMARAL, Marilda Ruiz Andrade. As regras mínimas para o tratamento de prisioneiros da ONU e a lei de execução penal brasileira: uma breve comparação. **Revolução na Ciência: ciências e profissões em transformação**, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1661/1583>>.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Ética, cidadania e constituição: o direito à dignidade e à condição humana. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 8, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/108/102>>.

BROWN, Widney. **Nowhere to hide: retaliation against women in Michigan State prisons.** Human Rights Watch. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/reports98/women/Mich.htm#TopOfPage>>.

CARVALHO, Raquel. **Em questão a revista íntima dos visitantes de presídios: a garantia de dignidade como imperativo estatal.** 3 jul. 2018. Disponível em: <<http://raquelcarvalho.com.br/2018/07/03/em-questao-a-revista-intima-dos-visitantes-de-presidios-a-garantia-de-dignidade-como-imperativo-estatal/>>.

RELATÓRIO sobre mulheres encarceradas no Brasil. Centro Pela Justiça e pelo Direito Internacional (CEJIL): Grupo de Estudo e Trabalho Mulheres Encarceradas (orgs.). Fev. 2007. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>.

CONECTAS. **Fim da revista vexatória: um ano de mobilização.** 23 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/fim-da-revista-vexatoria-um-ano-de-mobilizacao>>.

CONECTAS. **Em Genebra, Conectas descreve revista feita em partes íntimas de familiares de presos.** 11 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.conectas.org/noticias/nova-denuncia-na-onu>>.

CORLEY, Felix. Azerbaijan: Jehovah's Witness claims police beating, interrogation and strip-search. **Forum 18 News Service.** Oslo, Norway. 15. dec. 2009. Disponível em: <<https://www.refworld.org/pdfid/4b289cfio.pdf>>.

DUARTE, Thais Lemos. Análise dos procedimentos de revistas íntimas realizados no sistema penitenciário do estado do Rio de Janeiro. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 10. jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.net/analise-dos-procedimentos-de-revistas-intimas-realizados-no-sistema-penitenciario-do-estado-do-rio-de-janeiro/>>.

DUTRA, Yuri Frederico. A inconstitucionalidade da revista íntima realizada em familiares de presos, a segurança prisional e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Novos Estudos Jurídicos**, v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/1442/1145>>.

DUTRA, Yuri Frederico. A realidade da revista íntima nas prisões catarinenses. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: corpo, violência e poder**, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Yuri\\_Frederico\\_Dutra\\_42.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST42/Yuri_Frederico_Dutra_42.pdf)>

DUTRA, Yuri Frederico. **Como se estivesse morrendo: a prisão e a revista íntima realizada em familiares de presos.** 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Centro de ciências Jurídicas (CCJ), Florianópolis, Santa Catarina, 2008). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91282/255056.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS. **Detention Conditions and Treatment of Prisoners.** Press Unit, jun. 2019. Disponível em: <[https://www.echr.coe.int/Documents/FS\\_Detention\\_conditions\\_ENG.pdf](https://www.echr.coe.int/Documents/FS_Detention_conditions_ENG.pdf)>.

GARNETT, Margaret; ROTH, Dana A. **Visitor searches at the New York City Department of Correction**: ongoing problems and recommendations for change. New York City Department of Investigation. Maio 2019. Disponível em: <[https://www1.nyc.gov/assets/doi/reports/pdf/2019/May/DOC\\_VisitorSearch\\_Report\\_Appendix\\_FI\\_NAL.pdf](https://www1.nyc.gov/assets/doi/reports/pdf/2019/May/DOC_VisitorSearch_Report_Appendix_FI_NAL.pdf)>.

HA, Daphne. Blanket policies for strip searching pretrial detainees: an interdisciplinary argument for reasonableness. **Fordham Law Review**, v. 79, issue 6, article 9, 2011. Disponível em: <<https://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4723&context=flr>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM). Revista vexatória: o estupro institucionalizado. **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**, editorial, fev. 2015. Disponível em: <[https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_editorial/308-267-Fevereiro2015](https://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/308-267-Fevereiro2015)>.

INFORMATIVO REDE JUSTIÇA CRIMINAL. **Boletim temático**: revista vexatória, v. 6, n. 4, 2014. Disponível em: <[https://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Informativo\\_JusticaCriminal\\_6\\_2014%20\(1\).pdf](https://www.conectas.org/arquivos/editor/files/Informativo_JusticaCriminal_6_2014%20(1).pdf)>.

LIMA, Raquel da Cruz. **Parecer técnico ao PLS 480/2013**: sobre a revista vexatória de visitantes em unidades prisionais. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, nov. 2013. Disponível em: <[http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Revista\\_vexatoria.pdf](http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Revista_vexatoria.pdf)>.

LOGAN, Wayne A. **Florence v. Board of Chosen Freeholders**: police power takes a more intrusive turn. The University of Akron. Jun. 2015. Disponível em: <<https://ideaexchange.uakron.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1046&context=akronlawreview>>.

MARIATH, Carlos Roberto. **Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário**. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11205/limites-da-revista-corporal-no-ambito-do-sistema-penitenciario>>.

MESTRE, Simone de Oliveira. “Mães Guerreiras”: uma etnografia sobre mães de jovens encarcerados em Porto Velho/RO. **Políticas da Antropologia**: Ética, Diversidade e Conflitos. 3-6 ago. 2016. Disponível em: [http://www.3orba.abant.org.br/simposio/view?ID\\_MODALIDADE\\_TRABALHO=2&ID\\_SIMPOSIO=57](http://www.3orba.abant.org.br/simposio/view?ID_MODALIDADE_TRABALHO=2&ID_SIMPOSIO=57).

MILLER, Teresa A. Bright lines, black bodies: the Florence strip search case and its dire repercussions. **Akron Law Review**, jun. 2015. Disponível em: <<https://ideaexchange.uakron.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1047&context=akronlawreview>>.

NELSON, Emily J. Custodial strip searches of juveniles: how Safford informs a new two-tiered standard of review. **Boston College Law Review**, v. 52, issue 1, 2011. Disponível em: <<https://lawdigitalcommons.bc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3148&context=bclr>>.

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. 400 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281088/1/Padovani\\_NataliaCorazza\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281088/1/Padovani_NataliaCorazza_D.pdf)>.

PAULA, Ana Carolina Medeiros Costa; SANTANA, Isael José. Mulheres: a violação dos direitos fundamentais por meio da revista íntima. **Revista do laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília/SP, n. 9, maio 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/view/2291>>.

PARREIRAS, Núbio Pinhon Mendes. Mandado coletivo para prevenir revistas vexatórias em mulheres em presídios. **Consultor Jurídico**, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-14/nubio-parreiras-ms-coletivo-prevenir-revistas-vexatorias>>.

SANTOS, Taysa Silva; MARTINS, Herbert Toledo. Entre corres<sup>18</sup> e cadeiras: trânsitos de familiares de presos em Salvador-BA. **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 19., jul. 2019. Disponível em: <<https://www.sbs2019.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNTOiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZVZPljtzOjQ6IjEoNjgiO3oiO3M6MT0iaCI7czozMjoiMDNjOTBiMmMwYjk2NGFmY2ZlNjIjNWZl4MDNhNzMiO3o%3D%3D>>.

SHATZ, Steven F.; DONOVAN, Molly; HONG, Jeanne. The strip search of children and the fourth amendment. **University of San Francisco Law Review**, v. 1, n. 26, 1991, p. 1-40. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/usflr26&id=13&collection=journals&index=>>>.

SILVESTRE, Giane. **Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões em Itirapina**. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/SC. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6728/3835.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

SILVESTRE, Giane. “Dias de Visita”: deslocamentos e trajetórias de mulheres com familiares encarcerados. In: **Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, ago. 2010. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291016\\_ARQUIVO\\_trabalho\\_completo\\_fazendo\\_genero\\_giane.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291016_ARQUIVO_trabalho_completo_fazendo_genero_giane.pdf)>.

SIMCOCK, Julian. Florence, Atwater, and the Erosion of Fourth Amendment protections for arrestees. **Stanford Law Review**, v. 65, n. 599, 2013. Disponível em: <[http://www.stanfordlawreview.org/wp-content/uploads/sites/3/2013/03/Simcock\\_65\\_Stan\\_L\\_Rev\\_599.pdf](http://www.stanfordlawreview.org/wp-content/uploads/sites/3/2013/03/Simcock_65_Stan_L_Rev_599.pdf)>.

SPELLMAN, Rosemary. Stripe search of Juveniles and the Fourth Amendment: a delicate balance of protection and privacy. **Journal of Juvenile Law**, v. 22, p. 159-179, 2001-2002. Disponível em: <[https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/jjuvl22&id=165&men\\_tab=srchresults](https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/jjuvl22&id=165&men_tab=srchresults)>.

TANNUSS, Rebecka Wanderley; SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant’Ana e OLIVEIRA, Isabel Maria Faria Fernandes de. Pena Compartilhada: das relações entre cárcere, família e direitos humanos. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas/RS, v. 6, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/download/3936/pdf>>.

---

<sup>18</sup> Significa os diferentes artefatos produzidos e agenciados para manutenção e preservação dos parentes presos.

TANNUSS, Rebecka Wanderley; SILVA JÚNIOR, Nelson Gomes de Sant'Ana; D'ANDREA, Isadora Grego. **Famílias do cárcere: sistema prisional e violações aos direitos humanos**. 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/ixsidh/ixsidh/paper/view/4411>>.

## Reportagens na internet

### Português

13 Mil revistas íntimas em crianças, 340 dias isoladas: necessária reforma na prisão infantil de Banksia Hill, na Austrália. Disponível em: <https://www.amnesty.org.au/13-thousand-strip-searches-of-children-340-days-in-isolation-urgent-reform-needed-at-was-banksia-hill-childrens-prison/>.

35% DAS PRESAS por tráfico foram flagradas ao entregar drogas em presídios. **Correio Braziliense**, 30 jun. 2011. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/06/30/interna\\_cidadesdf,259084/35-das-presas-por-trafico-foram-flagradas-ao-entregar-drogas-em-presidios.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/06/30/interna_cidadesdf,259084/35-das-presas-por-trafico-foram-flagradas-ao-entregar-drogas-em-presidios.shtml)>.

AGENTES apreendem 2.300 celulares nos presídios do Ceará após detentos ordenarem ataques. G1 Notícia, 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/22/em-menos-de-um-mes-2300-celulares-sao-apreendidos-em-cadeias-do-ceara.ghtml>>.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Sistema prisional: uma tragédia anunciada**. 31 jan. 2017. Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/sistema-prisional-uma-tragedia-anunciada/>>.

DIP, Andreia. Eles assistem tudo, depois é a vez deles. **A Pública**, 24 jul. 2013. Disponível em: <[https://apublica.org/2013/07/eles-assistem-tudo-depois-e-vez-deles/#\\_](https://apublica.org/2013/07/eles-assistem-tudo-depois-e-vez-deles/#_)>

ENQUANTO uma criança em uma prisão juvenil só pode ser submetida a revistas íntimas por metades do corpo, a mesma criança pode ser completamente revista em uma prisão temporária. Disponível em: <<https://www.amnesty.org.au/watch-houses/>>.

FIDELES, Nina. Entre o amor e as grades. **Revista Fórum**, fev. 2012. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/entre-o-amor-e-as-grades/>>.

FRANCO, Marcela. Apenas 3 em cada 10 mil visitantes entram com itens proibidos em presídios, aponta levantamento. **Notícias R7**, 23 abr. 2014. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/apenas-3-em-cada-10-mil-visitantes-entram-com-itens-proibidos-em-presidios-aponta-levantamento-23042014>>.

GOIÁS: minicelulares de 6 cm são apreendidos em presídios. **Pleno News**, nov. 2018. Disponível em: <<https://pleno.news/brasil/cidades/goias-minicelulares-de-6-cm-sao-apreendidos-em-presidios.html>>.

JOVEM PAN. **Vistoria em presídio feminino no RJ apreende celulares, drogas e carregadores**. 22 jan. 2019. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/vistoria-em-presidio-feminino-no-rj-apreende-celulares-drogas-e-carregadores.html>>.

JUÍZES PARA DEMOCRACIA. **Relatório sobre Mulheres Encarceradas**: Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 24 jul. 2018. Disponível em: <<https://ajd.org.br/comissao-interamericana-de-direitos-humanos-relatorio-sobre-mulheres-encarceradas/>>.

JURISPRUDÊNCIA da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Direito à integridade pessoal.** Tradução da corte Interamericana de Direitos humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/dados-da-atuacao/corte-idh/4-direito-a-integridade-pessoal.pdf>>

MARIATH, Carlos Roberto. **Limites da revista corporal no âmbito do sistema penitenciário.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11205/limites-da-revista-corporal-no-ambito-do-sistema-penitenciario>>.

MARIZ, Renata. Revista íntima vexatória ainda é rotina no sistema prisional do país. **O Globo**, 27 fev. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/revista-intima-vexatoria-ainda-rotina-no-sistema-prisional-do-pais-20986329>>.

NASCIMENTO, Bianca Souto do; NASCIMENTO, Cíntia Caroline de Souza; MENDONÇA, Karoline Henrique Mendonça. Revista íntima: as consequências do cárcere sobre a família e a realidade nos presídios da cidade de João Pessoa. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS

HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, 28 a 30 abr. 2014, Faculdade de Direito, USP. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1365054-Revista-intima-as-consequencias-do-carcere-sobre-a-familia-e-a-realidade-nos-presidios-da-cidade-de-joao-pessoa.html>>.

OS MORADORES da Cisjordânia que visitam seus parentes detidos, além de das longas distâncias percorridas, são submetidos a longas buscas corporais e, às vezes, a revistas íntimas. 13 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/04/israel-must-end-unlawful-and-cruel-policies-towards-palestinian-prisoners/>>.

PARENTES de presos relatam traumas com revista íntima em presídios. **Notícias R7**, 17 jun. 2015. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/parentes-de-presos-relatam-traumas-com-revista-intima-em-presidios-17062015>>.

PARMEZANI, Eliane. **Prisões em Massa: o Estado dentro do Estado.** 2012. Disponível em: <<https://sociologado.wordpress.com/2012/08/26/priso-es-em-massa-o-estado-dentro-do-estado/>>.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Em São Paulo, até crianças são submetidas a revista vexatória.** 2 ago. 2013. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/noticias/em-sao-paulo-ate-criancas-sao-submetidas-a-revista-vexatoria>>.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Mães recorrem à OEA contra a revista vexatória.** 14 maio 2014. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/noticias/maes-recorrem-a-oea-contra-revista-vexatoria>>.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Na fila do Carandiru, mulheres contam suas dificuldades para visitar familiares.** 10 mar. 2018. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/na-fila-do-carandiru-mulheres-contam-suas-dificuldades-para-visitar-familiares>>.

PASTORAL CARCERÁRIA. **Pastoral Carcerária e Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba (CDH) processam Estado por revista vexatória.** 14 fev. 2014. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/noticias/pastoral-carceraria-e-cdh-da-paraiba-processam-estado-por-revista-vexatoria>>.

PONTE, Maria Teresa Cruz da. **Revista íntima ainda acontece em 98% dos presídios paulistas**. Pastoral Carcerária. 12 set. 2017. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/revista-intima-ainda-acontece-em-98-dos-presidios-paulistas>>.

REINO UNIDO: unidades especiais de segurança: cruéis, desumanas ou tratamento degradante. **Amnesty International**, mar. 1997. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/160000/eur450061997en.pdf>

REVISTA íntima em presídios expõe visitantes a humilhações. **Jornal Online Deutsche Welle**, 17 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/revista-%C3%ADntima-em-pres%C3%ADdios-exp%C3%B5e-visitantes-a-humilha%C3%A7%C3%B5es/a-17574112>>.

REYES ORMEÑO, Gabriela; MAIA, Joviane Marcondelli; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. Crianças com Pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**. Lisboa, 4(2), 2013, p. 141-161

RODAS, Sérgio. Proibição a revista íntima em prisões garante dignidade humana, decide TJ-RJ. **Boletim de Notícias ConJur**, mar 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-mar-19/proibicao-revista-intima-prisoas-garante-dignidade-tj-rj>>.

ROLIM, Marcos. Celulares, presídios e evidências. **Sul21**, 21 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/marcos-rolim/2018/08/celulares-presidios-e-evidencias/>>

SANTOS, Andréa Marília Vieira. Pais Encarcerados: filhos invisíveis. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 4, n. 26, p. 594-603, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n4/v26n4a07.pdf>>.

## Inglês

ANTI-DISCRIMINATION COMMISSION QUEENSLAND (ADCQ). Women in Prison: a human rights consultant report. Mar. 2006. Disponível em: <[https://www.adcq.qld.gov.au/\\_data/assets/pdf\\_file/0018/5148/WIP\\_report.pdf](https://www.adcq.qld.gov.au/_data/assets/pdf_file/0018/5148/WIP_report.pdf)>

ASHUROV, Sadridin; NAJIBULLAH, Farangis. Uzbek strip-search victim says police 'ruined my life'. **United Nations High Commissioner for Refugees**, jul. 2018. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=5bc050f3a&skip=0&query=%22strip%20search%22>>.

BEKIEMPIS, Victoria; RANSOM, Jan. Guards in New York City performed illegal strip searches on women, prosecutors say. **The New York Times**, 6 may 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/05/06/nyregion/illegal-strip-searches-jail.html>>.

CENTER FOR JUSTICE AND INTERNATIONAL LAW. **Torture in international law**: a guide to jurisprudence. Disponível em: <[https://www.apt.ch/content/files\\_res/JurisprudenceGuide.pdf](https://www.apt.ch/content/files_res/JurisprudenceGuide.pdf)>.

CHETTIAR, Inimai. Supreme Court says jails can stripe search you: even for traffic violations. **American Civil Liberties Union (ACLU)**, apr. 2012. Disponível em: <<https://www.aclu.org/blog/criminal-law-reform/reforming-police-practices/supreme-court-says-jails-can-strip-search-you>>.

CLARKE, Matt. Strip and body cavity searches: looking for contraband in all the wrong places. **Prison Legal News**, apr. 2019, p. 52. Disponível em: <<https://www.prisonlegalnews.org/news/2019/apr/2/strip-and-body-cavity-searches-looking-contraband-all-wrong-places/>>.

DENVER Women's Correctional Facility Ends Degrading Body Cavity Searches after ACLU [American Civil Liberties Unions]. **Letter & Online Advocacy**. 24 sept. 2010. Disponível em: <https://aclu-co.org/denver-womens-correctional-facility-ends-degrading-body-cavity-searches-after-aclu-letter-online-advocacy/>.

DICKSON, Gary. Strip Searches. Human Rights. **LawNow**, 2001-2002, p. 62-63. Disponível em: <<https://heinonline.org/HOL/Page?handle=hein.journals/lanow26&id=445&collection=journals&index=>>>.

HEAD, Michael. **Detention without trial: is there no Limit?** Disponível em: <<http://www5.austlii.edu.au/au/journals/AltLawJl/2005/19.pdf>>.

JAMES, David C. Constitutional Limitations on Body Searches in Prisons. **Columbia Law Review**, n. 82, 1982, p. 1033-1056. Disponível em: <[https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/clr82&id=1078&men\\_tab=srchresults](https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/clr82&id=1078&men_tab=srchresults)>.

LIPUMA, Frank C. Mary Beth G. v. City of Chicago: how reasonable can a strip search be. **The John Marshall Law Review**, v. 18, n. 1, art. 8. Disponível em: <https://repository.jmls.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2183&context=lawreview>.

NO IMMUNITY for Visitor Strip Search. **Prison Legal News**, fev./1995, p. 5. Disponível em: <<https://www.prisonlegalnews.org/news/1995/feb/15/no-immunity-for-visitor-strip-search/>>.

RAKIA, Raven. A living nightmare. **The Intercept**, 10 jan. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/01/10/rikers-island-strip-search-new-york-city-jails-visitors/>>.

RAMSON, Jan. Women Describe Invasive Strip Searches on Visits to City Jails. **The New York Times newspaper**, 26 apr. 2018. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2018/04/26/nyregion/strip-search-new-york-city-jails-lawsuits.html>>.

SCHLANGER, Margo. Jail strip-search cases: patterns and participants. **Law and Contemporary Problems**, v. 71, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1466&context=lcp>>.

SEYMOUR, Cynthia. Children with parents in prison: child welfare policy, program and practice issues. **Child Welfare**, v. 77, n. 5, p. 469-493, set.-ou. 1998. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/5fe1/2e64d6f515ed5fedd452dd1fo689b77dcc6d.pdf>>.

SPARE the Rod, but a Strip Search is Okay? The Effect of Qualified immunity and Allowing a Strip Search in School. Holly Hudelson. **Journal of Law & Education**, v. 39, n. 4, 2010, p. 595-602. Disponível em: <[https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/jle39&id=610&men\\_tab=srchresults](https://heinonline.org/HOL/Page?collection=journals&handle=hein.journals/jle39&id=610&men_tab=srchresults)>.

THOMAS, Ryan E. Safford Unified School Dist. n. 1 v. Redding: qualified immunity Shields school officials who ordered strip search of thirteen-year-old girl. **New England Law Review**, 2010-2011, p. 267. Disponível em:

<[https://heinonline.org/HOL/Page?public=true&handle=hein.journals/newlr45&div=13&start\\_page=267&collection=journals&set\\_as\\_cursor=19&men\\_tab=srchresults](https://heinonline.org/HOL/Page?public=true&handle=hein.journals/newlr45&div=13&start_page=267&collection=journals&set_as_cursor=19&men_tab=srchresults)>.

UN HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). Iran: end abuse of imprisoned journalists. **Human Rights Watch**, jul. 2012. Disponível em:

<[https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=50055af12&skip=0&query=%22strip%20search%22-Jail Strip-Search Cases: patterns and participants](https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=50055af12&skip=0&query=%22strip%20search%22-Jail+Strip-Search+Cases:+patterns+and+participants)>.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. 2016 **Country Reports on Human Rights Practices**: Senegal. 3 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain?page=search&docid=58ec89d3c&skip=0&query=%22strip%20search%22>>.

VISITOR search held illegal. **Prison Legal News**, feb 1995, p. 4. Disponível em: <<https://www.prisonlegalnews.org/news/1995/feb/15/visitor-search-held-illegal/>>.

Women Visiting Loved ones Jailed at Rikers Describe a Pattern of Invasive Searches by Guards: “A Living Nightmare”>.

### Bases Normativas e de Jurisprudência

BASE DE JURISPRUDÊNCIA DA COMISSÃO DE VENEZA. (*Codices – Infobase on Constitution Case Law of the Venice Commission*). Disponível em: <<http://www.codices.coe.int/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm>>.

BASE DE JURISPRUDÊNCIA DA COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/demandas.asp>>.

BASE DE JURISPRUDÊNCIA DA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<https://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=caselaw&c=>>>.

BASE DE JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/index.cfm?lang=en>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução n. 5, de 28 de agosto de 2014. Recomendações sobre revistas de pessoais por ocasião do ingresso nos estabelecimentos penais. **DOU**, 2 set. 2014. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/cnpcp/resolucoes/2014/Resoluon5Fimdarevistavexatria.pdf>.

Secretaria de Documentação  
Coordenadoria de Análise de Jurisprudência  
Jurisprudência Internacional

[coaj@stf.jus.br](mailto:coaj@stf.jus.br)

